



ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras

2025



**ATLÉTICO CLUBE
GOIANIENSE**

**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO**

2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025



01

M E N S A G E M D A A D M I N I S T R A Ç Ã O

Aos Associados, Conselheiros, Torcedores e demais partes interessadas,

A Administração do Atlético Clube Goianiense ("ACG" ou "Associação") e da Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol ("SAF") – em conjunto denominados "Atlético Clube Goianiense" ou "Clube", visto que a Associação e a SAF operam o Clube – apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Interpretação Técnica Geral ITG 2003 (R2) – Entidade Desportiva.

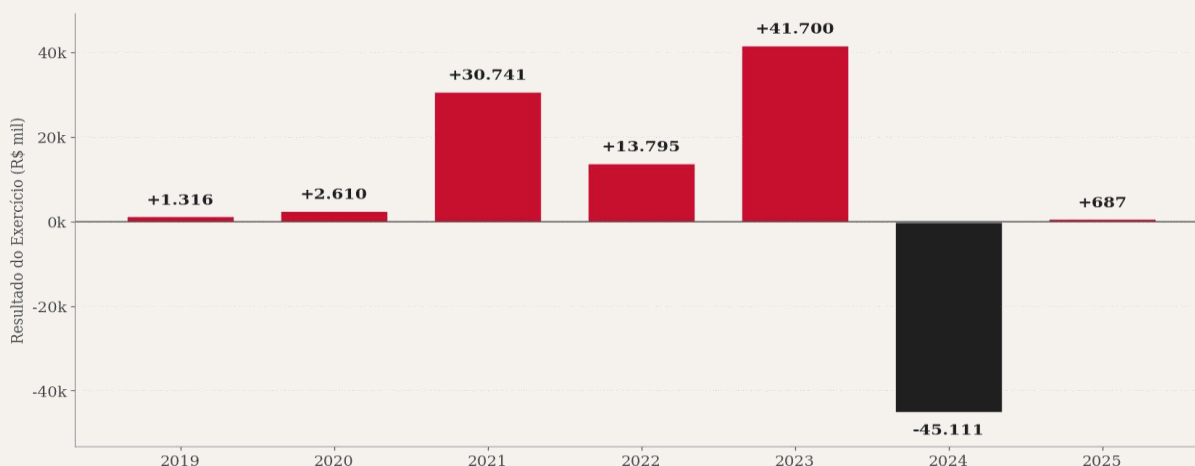
O exercício de 2025 foi marcado pela disputa da Série B do Campeonato Brasileiro, pela consolidação da Sociedade Anônima do Futebol – SAF e pela continuidade dos investimentos em infraestrutura e formação de atletas. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 77.110 mil, com destaque para as receitas de negociação de atletas (R\$ 37.657 mil), que representaram 48,8% dessa receita e evidenciaram a maturidade do programa de formação. O custo das atividades sociais e esportivas totalizou R\$ 60.040 mil, resultando em margem bruta positiva de R\$ 17.070 mil – uma reversão expressiva em relação ao resultado bruto negativo apurado em 2024.

O exercício encerrou com superávit consolidado de R\$ 687 mil, revertendo o déficit de R\$ 45.111 mil registrado em 2024. O ativo total consolidado cresceu 7,2%, atingindo R\$ 229.702 mil, impulsionado pelo aumento das contas a receber de negociação de atletas e pela manutenção do robusto patrimônio imobiliário, que totaliza R\$ 185.593 mil entre Imobilizado (R\$ 150.804 mil) e Propriedades para Investimento (R\$ 34.789 mil). O patrimônio líquido consolidado encerrou em R\$ 161.536 mil, mantendo a trajetória de solidez patrimonial.

O Clube acumula, desde 2019, resultados positivos recorrentes: R\$ 1.316 mil em 2019, R\$ 2.610 mil em 2020, R\$ 30.741 mil em 2021, R\$ 13.795 mil em 2022, R\$ 41.700 mil em 2023 e déficit de R\$ 45.111 mil em 2024. Em 2025, o Clube retornou ao superávit com resultado positivo de R\$ 687 mil, consolidado pela gestão orientada ao PROFUT (Lei nº 13.155/2015).



Evolução do Resultado do Exercício — 2019 a 2025 (R\$ mil)



Embora o exercício não tenha registrado conquistas esportivas de grande vulto na categoria profissional, o Clube mantém convicção em seu projeto de longo prazo. A visão estratégica da Administração para os próximos três anos está ancorada em quatro pilares: (i) retorno à Série A do Campeonato Brasileiro; (ii) captação de investidores qualificados para a SAF; (iii) expansão e fidelização da base de sócios-torcedores; e (iv) crescimento contínuo do futebol de formação, com ampliação das categorias de base e revelação de atletas. O exercício de 2025 também marca o primeiro ano de vigência do Sistema de Sustentabilidade Financeira (SSF) da CBF/ANRESF, e o Clube apresenta conformidade nos Pilares 2, 3 e 4 no período de transição, com atenção especial aos limites plenos do Pilar 3 (Custo com Elenco) e do Pilar 4 (Endividamento de Curto Prazo), aplicáveis a partir de 2029.

Não houve alterações na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal durante o exercício de 2025, o que assegurou continuidade administrativa e estabilidade decisória. A Administração reitera seu compromisso com a transparência, a disciplina financeira e a governança corporativa como vetores da sustentabilidade de longo prazo do Atlético Clube Goianiense.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Principais indicadores do exercício de 2025 — visão consolidada (ACG + SAF)

O exercício de 2025 marca o retorno do Atlético Clube Goianiense ao superávit, após o resultado deficitário não recorrente de 2024. A consolidação da estrutura da SAF, a maturação da política de formação de atletas e a disciplina sobre a estrutura de custos foram os principais vetores do desempenho. O Sistema de Sustentabilidade Financeira (SSF), em seu primeiro ano de vigência, apresenta conformidade nos Pilares 2, 3 e 4 no período de transição, com atenção redobrada aos limites plenos aplicáveis a partir de 2029.

Indicadores Econômico-Financeiros

Indicador	2025	2024	Var.
Receita Líquida (R\$ mil)	77.110	109.625	-29,7%
Custo das Atividades (R\$ mil)	(60.040)	(137.229)	-56,2%
Resultado Bruto (R\$ mil)	17.070	(27.604)	n.a.
Resultado Operacional (R\$ mil)	1.596	(43.756)	n.a.
Superávit do Exercício (R\$ mil)	687	(45.111)	n.a.
Ativo Total Consolidado (R\$ mil)	229.702	214.373	+7,2%
Patrimônio Líquido Consolidado (R\$ mil)	161.536	161.249	+0,2%

Conformidade SSF — Sistema de Sustentabilidade Financeira

Pilar	Apurado	Lim. transição	Lim. pleno	Status
P1 — Solvência	A verificar	Adimplência	Adimplência	Em avaliação
P2 — Sustentabilidade	R\$ 687 mil	≥ 0	≥ 0	CONFORME
P3 — Custo com Elenco	79,6%	90%	80%	CONFORME
P4 — Endividamento CP	48,4%	70%	45%	CONFORME (transição)

Destaques Operacionais e de Governança

- › **Retorno ao superávit:** Resultado positivo de R\$ 687 mil em 2025, revertendo o déficit não recorrente de R\$ 45.111 mil em 2024.
- › **Política de formação madura:** Receita de negociação de atletas saltou de R\$ 7.069 mil para R\$ 37.657 mil (+432,7%), representando 48,8% da receita líquida consolidada — confirma a estratégia de longo prazo do Clube como formador.
- › **Diversificação da matriz comercial:** Reconhecimento de duas novas rubricas — Receitas Condomínio FFU (R\$ 10.819 mil) e Premiações (R\$ 2.922 mil) — somando 17,8% da receita líquida e atenuando a queda em direitos de transmissão pela disputa da Série B.



-
- > **Patrimônio imobiliário robusto:** Imobilizado de R\$ 150.804 mil + Propriedades para Investimento de R\$ 34.789 mil totalizam R\$ 185.593 mil (80,8% do ativo total), reforçando a solidez patrimonial.
 - > **Marcos institucionais:** Formalização do Laudo de Cisão (Lei nº 14.193/2021) e celebração dos contratos entre ACG e SAF (uso de marca, licença do Estádio e CTs, cessão de atletas e repasse de receitas), regularizando o ponto de abstenção de opinião apontado no exercício anterior.
 - > **Base esportiva e operacional:** 55 jogos profissionais, 11^a colocação na Série B, 112 atletas no futebol de formação (com título do Campeonato Goiano Sub-15) e quadro de 118 colaboradores entre ACG e SAF.



02

CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1 O Clube

O Atlético Clube Goianiense, fundado em 2 de abril de 1937, com sede administrativa e centro de treinamento situados na Rua Atlético Goianiense 1937, Qd. F, Lt., Área Setor Urias Magalhães, Goiânia/GO, é entidade civil sem fins econômicos, com personalidade jurídica própria, que tem por objetivos principais cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais e esportivas, tendo o futebol como principal bandeira.

Em 31 de dezembro de 2025, o Clube contava com 149 associados ativos e mantinha a certificação de Clube Formador, concedida pela CBF desde 2024, reconhecendo o investimento consistente do ACG na formação de atletas. No exercício de 2025, o Clube promoveu a atualização de seu Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), adequando formalmente seu objeto social às atividades efetivamente desempenhadas.

O Clube utiliza os sistemas de gestão OMIE e DOMÍNIO para acompanhamento de suas finanças e contabilidade, e segue as determinações das legislações federais específicas: Lei nº 9.790/99, Lei nº 9.615/98, Lei nº 9.532/97, Lei nº 13.151/15, Decreto nº 4.524/02, Decreto nº 5.442/05, Lei nº 9.718/98, Lei nº 11.941/09, IN RFB nº 1700/2017, e Escrituração Contábil Fiscal (ECF), conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.004/2021.

2.2 A Sociedade Anônima do Futebol — SAF

O ACG constituiu a Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol — SAF em 2022, como companhia de capital fechado, nos termos da Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF). O objetivo foi transformar o Departamento de Futebol em uma empresa privada, permitindo o acesso ao mercado financeiro para captação de recursos e a profissionalização da gestão esportiva, separando as ações sociais da associação das atividades de futebol.

Em 2025, não houve nova integralização de capital social pelo ACG na SAF. O ACG permanece como único acionista da SAF, detendo 100% das ações; não há, no encerramento do exercício, investidores externos em processo de negociação formalizada, embora a Administração mantenha abertura para eventuais tratativas futuras. A SAF possui CNPJ próprio e inscrições municipais regulares, mantém filial ativa denominada "Hotel de Base" e apurou resultado individual positivo de R\$ 368 mil no exercício de 2025.

Ponto relevante do exercício foi a formalização do Laudo de Cisão referente à transferência de ativos e passivos do Departamento de Futebol para a SAF, concluída em 2025. Esse Laudo responde diretamente à ressalva (abstenção de opinião) que constou do parecer da auditoria independente sobre o exercício de 2024 e materializa a plena conformidade com o arcabouço da Lei nº 14.193/2021. Em 2025 foram celebrados os contratos formais entre ACG e SAF, abrangendo uso de marca, licença do Estádio e Centros de Treinamento, cessão de atletas e repasse de receitas. Foi também constituída a Filial do Atlético Goianiense SAF para a sede do Clube Formador, com certificação concedida nesse exercício.



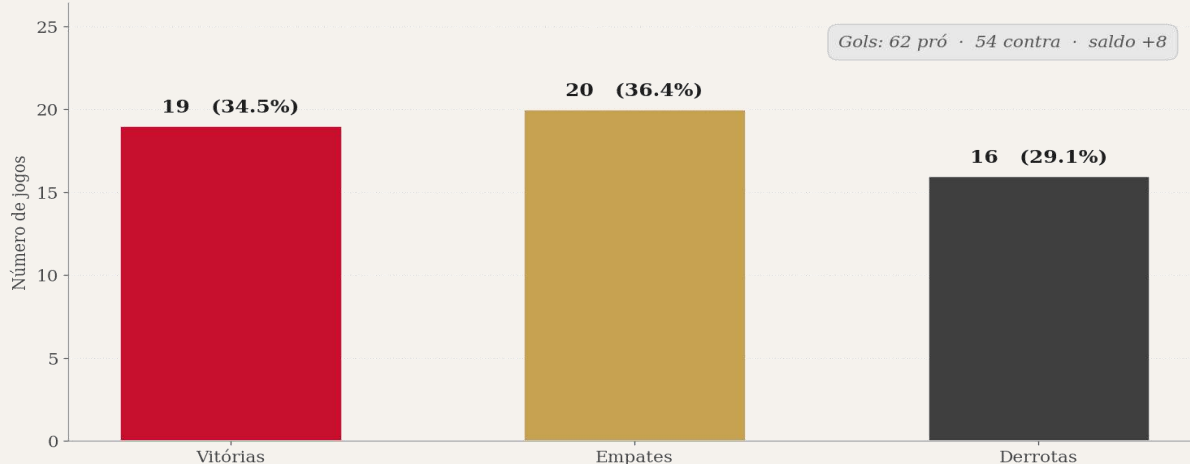
03

DESEMPENHO ESPORTIVO

3.1 Futebol Profissional Masculino

Em 2025, o Clube disputou o Campeonato Brasileiro Série B, a Copa do Brasil e o Campeonato Goiano, totalizando 55 jogos oficiais ao longo da temporada. A campanha do Dragão consolidou-se com 19 vitórias, 20 empates e 16 derrotas, com 62 gols marcados e 54 sofridos (saldo positivo de 8 gols). No Campeonato Brasileiro Série B, o ACG encerrou a competição na 11ª posição. Na Copa do Brasil, o Clube foi eliminado na 2ª Rodada, pelo Retrô. No Campeonato Goiano, o Atlético chegou à Semifinal.

Campanha do Futebol Profissional em 2025 — 55 jogos oficiais



A temporada foi conduzida por quatro técnicos — Rafael Guanaes, Cláudio Tencati, Fábio Matias e Rafael Lacerda —, com Caio Dantas e Lelê dividindo a artilharia do Clube no exercício, com 6 gols cada. O público total da temporada no Estádio Antônio Accioly atingiu 113.801 torcedores, resultando em média de 4.178 espectadores por jogo na Série B — reflexo direto da força da base associativa e do apoio da torcida do Dragão à reestruturação do elenco em ano de segunda divisão.

Do ponto de vista financeiro, a receita de negociação de atletas atingiu R\$ 37.657 mil no consolidado, demonstrando a capacidade do ACG de formar e valorizar jogadores mesmo em divisão inferior. A gestão rigorosa dos custos foi mantida ao longo de toda a temporada, com redução de 56,2% no custo das atividades em relação a 2024, preservando a saúde financeira da instituição e permitindo que o exercício encerrasse com superávit. As receitas de bilheteria no exercício totalizaram R\$ 1.004 mil (consolidado), enquanto as receitas de Sócio Torcedor e Mensalidades Associativas somaram R\$ 1.017 mil, mantendo a base de apoio financeiro da torcida do Dragão.

3.2 Futebol Feminino

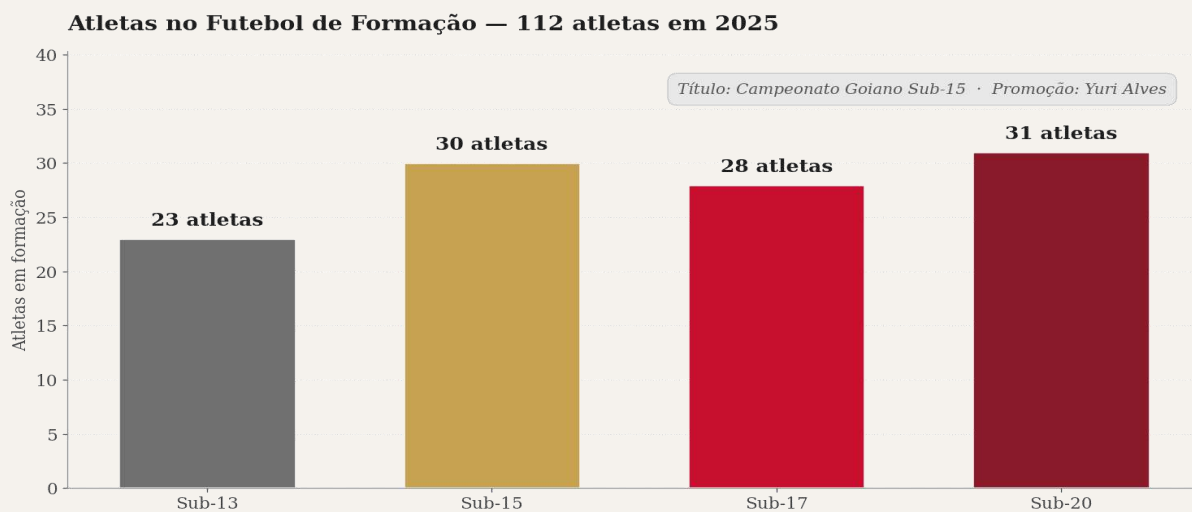
Em 2025, a representatividade feminina do Clube esteve concentrada na categoria sub-20 feminina, que disputou o Campeonato Goiano e chegou à final da competição, reafirmando o compromisso do Atlético



com o desenvolvimento do futebol feminino desde as categorias de base. O investimento total na categoria feminina no exercício foi de R\$ 60 mil. A Administração mantém o projeto em estruturação gradual, com expectativa de expansão progressiva para os próximos exercícios, à medida que se consolide a base formadora.

3.3 Futebol de Formação

O futebol de formação é um dos pilares estratégicos do Atlético Clube Goianiense, e em 2025 abrangeu quatro categorias — sub-13, sub-15, sub-17 e sub-20 —, com um total de 112 atletas em formação: 23 no sub-13, 30 no sub-15, 28 no sub-17 e 31 no sub-20. A categoria sub-15 sagrou-se campeã do Campeonato Goiano na sua categoria, reforçando o trabalho de revelação e lapidação de novos talentos. No âmbito profissional, o atleta Yuri Alves foi promovido ao elenco principal no exercício, ratificando a integração entre base e time de cima.



O investimento total em formação de atletas no exercício de 2025 somou R\$ 1.500 mil, lançados diretamente na despesa, refletindo o compromisso do Clube em manter a base como motor de geração de receita futura via negociação de direitos econômicos e como fonte de renovação do elenco. A certificação de Clube Formador da CBF, obtida em 2024, mantém-se ativa e reforça a qualidade estrutural, pedagógica e esportiva do programa.



04

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA R\$ 77.110 mil -29,7% vs 2024	CUSTO ATIVIDADES R\$ 60.040 mil 77,9% da rec. líquida	RESULTADO R\$ 687 mil Superávit 2025	ATIVO TOTAL R\$ 229.702 mil +7,2% vs 2024
---	---	--	---

4.1 Receitas

A receita líquida consolidada do exercício de 2025 totalizou R\$ 77.110 mil, representando uma redução de 29,7% em relação aos R\$ 109.625 mil apurados em 2024. A redução decorre, principalmente, da queda nas receitas de direitos de transmissão (de R\$ 58.123 mil para R\$ 4.465 mil, -92,3%) e bilheteria (de R\$ 10.497 mil para R\$ 1.004 mil, -90,4%), reflexo natural da disputa da Série B. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo expressivo crescimento das receitas de negociação de atletas, que saltaram de R\$ 7.069 mil para R\$ 37.657 mil (+432,7%); pela nova rubrica de Receitas Condomínio FFU (R\$ 10.819 mil); e pelo reconhecimento de Premiações no montante de R\$ 2.922 mil, evidenciando a maturidade da política de formação do Clube e a diversificação da matriz comercial.

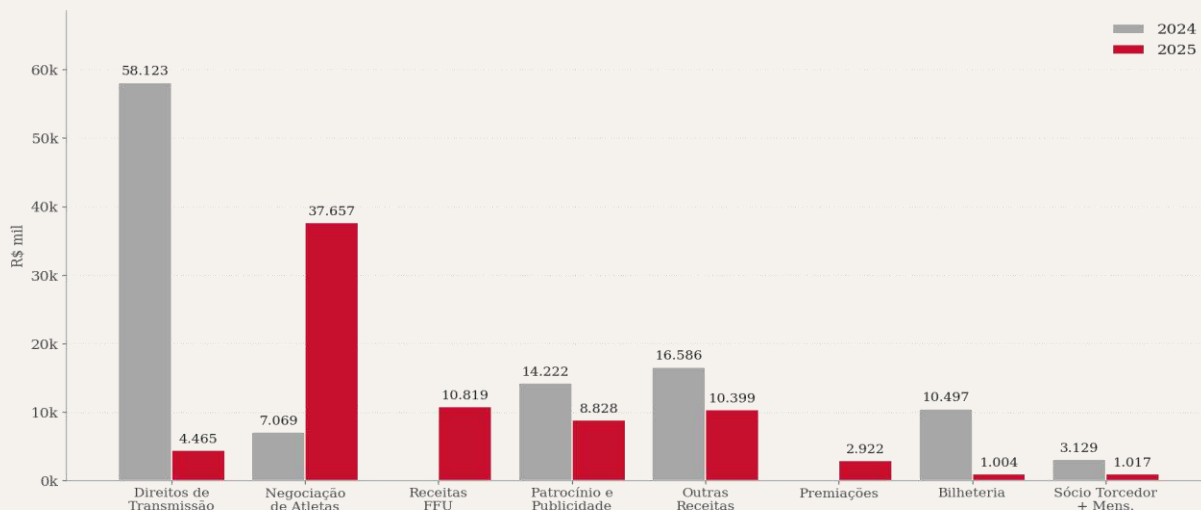
Composição da Receita Líquida Consolidada – 2025



A diversificação da matriz de receitas foi fundamental para a sustentabilidade financeira em ano de Série B. As contas a receber consolidadas totalizaram R\$ 31.428 mil em 31/12/2025 (R\$ 27.678 mil no circulante e R\$ 3.750 mil no não circulante), com recebimentos programados que sustentam o fluxo de caixa dos próximos exercícios.



Receitas por Linha — 2024 vs 2025 (R\$ mil)



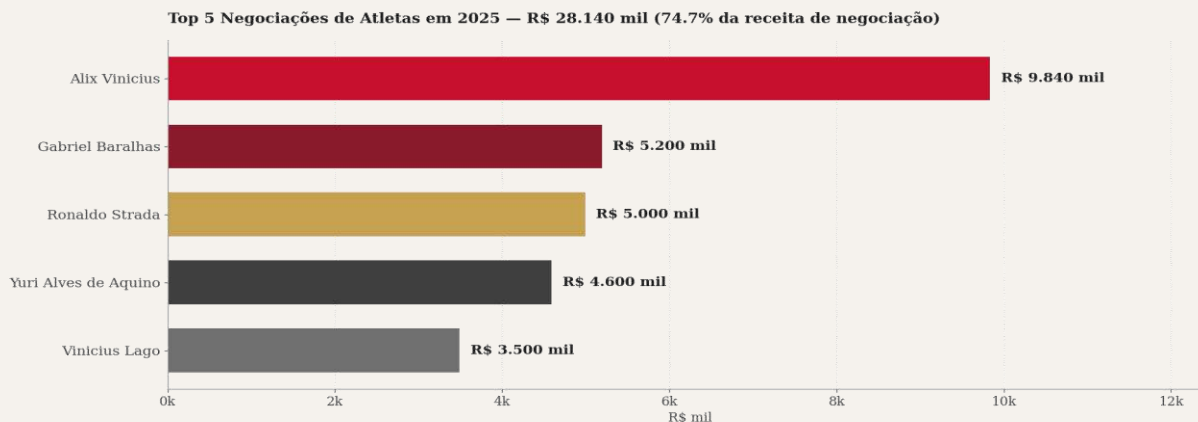
Composição da Receita Líquida Consolidada

Linha de Receita	2025 (R\$ mil)	2024 (R\$ mil)	Var. (%)
Direitos de Transmissão	4.465	58.123	-92,3%
Negociação de Atletas	37.657	7.069	+432,7%
Patrocínio e Publicidade	8.828	14.222	-37,9%
Outras Receitas	10.399	16.586	-37,3%
Bilheteria	1.004	10.497	-90,4%
Receitas Condomínio FFU	10.819	—	n.a.
Premiações	2.922	—	n.a.
Sócio Torcedor + Mens. Assoc.	1.017	3.129	-67,5%
Receita Líquida Total	77.110	109.625	-29,7%

O Programa Sócio-Torcedor encerrou o exercício com 1.093 sócios ativos em 31 de dezembro de 2025, com ticket médio mensal de R\$ 52,67. O Programa Passaporte, por decisão comercial da Administração, foi descontinuado no exercício e não apresenta receita reconhecida a partir de 2025. Entre os patrocinadores relevantes, destacam-se as continuidades contratuais com Blaze, Cristal Alimentos e Unimed. O contrato de direitos de transmissão vigente em 2025 é exclusivamente o firmado com a Futebol Forte União (FFU), responsável também pela receita de condomínio/cotas reconhecida no exercício.



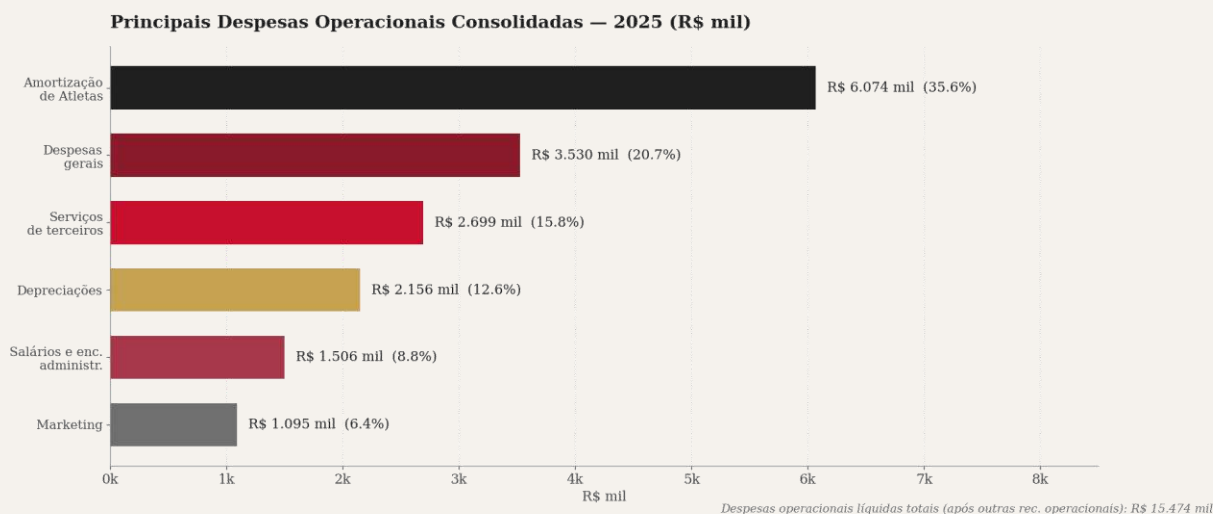
Top 5 Negociações de Atletas em 2025



As cinco maiores negociações do exercício somaram R\$ 28.140 mil, o equivalente a 74,7% da receita total de negociação de atletas, com destaque para as transações envolvendo Alix Vinicius (R\$ 9.840 mil), Gabriel Baralhas (R\$ 5.200 mil), Ronaldo Strada (R\$ 5.000 mil), Yuri Alves de Aquino (R\$ 4.600 mil) e Vinicius Lago (R\$ 3.500 mil).

4.2 Custos e Despesas

Os custos das atividades sociais e esportivas consolidados totalizaram R\$ 60.040 mil em 2025, ante R\$ 137.229 mil em 2024, redução de 56,2%. A redução decorre da reestruturação do elenco profissional para a disputa da Série B e, principalmente, da eliminação do custo não recorrente de R\$ 45.957 mil registrado em 2024 referente à recompra de ativo de investidores FFU. As despesas operacionais líquidas do exercício totalizaram R\$ 15.474 mil, com destaque para amortização de atletas (R\$ 6.074 mil), despesas gerais (R\$ 3.530 mil), serviços de terceiros (R\$ 2.699 mil), depreciações (R\$ 2.156 mil), salários e encargos administrativos (R\$ 1.506 mil) e marketing (R\$ 1.095 mil), parcialmente compensadas pelo saldo credor de outras receitas e despesas operacionais (R\$ 1.589 mil).



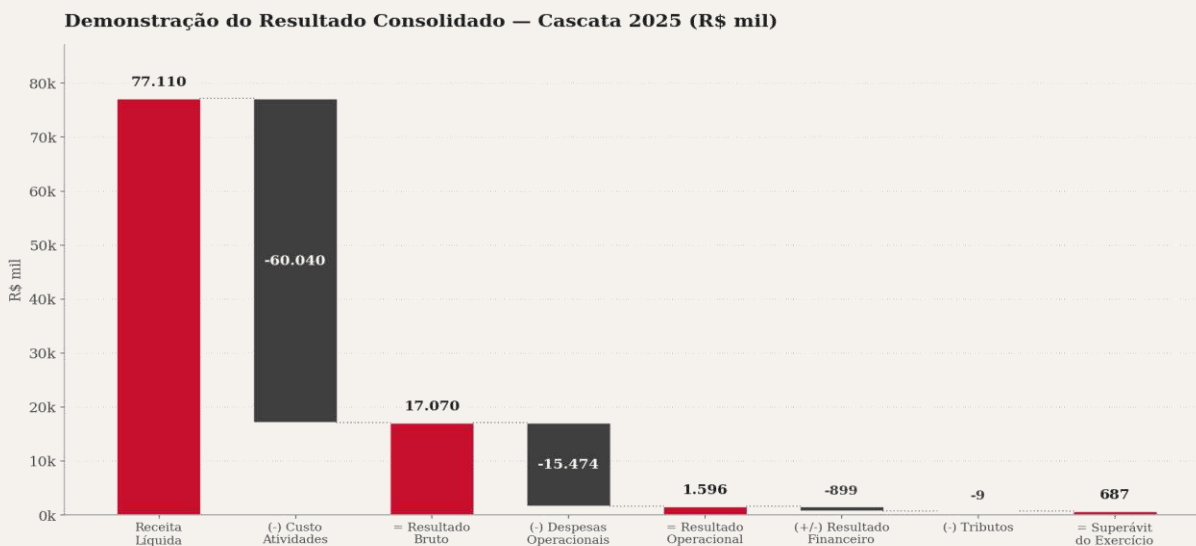


No encerramento do exercício, o número de atletas profissionais no elenco do Atlético Goianiense SAF era de 22 jogadores, apoiados por uma comissão técnica profissional composta por 4 profissionais. A folha consolidada de salários de atletas e comissão técnica do exercício foi de R\$ 40.600 mil e os direitos de imagem somaram R\$ 13.428 mil, totalizando custo de pessoal relevante (atletas + CT) de R\$ 54.028 mil no consolidado. As rescisões contratuais ocorridas no exercício mantiveram-se dentro do padrão operacional compatível com o volume de contratações da temporada, sem eventos não recorrentes de magnitude material. O valor pago a intermediários e agentes no exercício foi de R\$ 1.209 mil, apropriado nos custos com elenco.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 899 mil (despesas financeiras de R\$ 1.070 mil, parcialmente compensadas por receitas financeiras de R\$ 170 mil), ante resultado positivo de R\$ 2.262 mil em 2024. A inversão decorre do aumento das despesas financeiras associadas às novas operações de financiamento contratadas no exercício.

4.3 Resultado do Exercício

O exercício encerrou com superávit consolidado de R\$ 687 mil, revertendo o déficit de R\$ 45.111 mil registrado em 2024. O resultado operacional antes do resultado financeiro foi positivo em R\$ 1.596 mil, demonstrando a capacidade do Clube de gerar resultados operacionais consistentes mesmo em cenário de receitas reduzidas pela disputa da Série B.



**Demonstração Sintética do Resultado Consolidado (R\$ mil)**

Conta	2025
Receita Líquida	77.110
(-) Custos das Atividades Sociais e Esportivas	(60.040)
(=) Resultado Bruto	17.070
(-) Despesas Operacionais (líquidas)	(15.474)
(=) Resultado Operacional	1.596
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(899)
(-) Tributos	(9)
(=) Superávit do Exercício	687

O ativo não circulante inclui, em "Outros Créditos", um direito creditório no montante de R\$ 6.916 mil referente a contencioso fiscal com processo homologatório ainda em curso junto às autoridades competentes. A Administração mantém monitoramento ativo sobre o desfecho da homologação, com acompanhamento jurídico especializado. Os empréstimos circulantes no montante de R\$ 9.666 mil referem-se a operações de financiamento captadas no exercício junto a instituições financeiras, cujas contrapartes e condições específicas são tratadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.



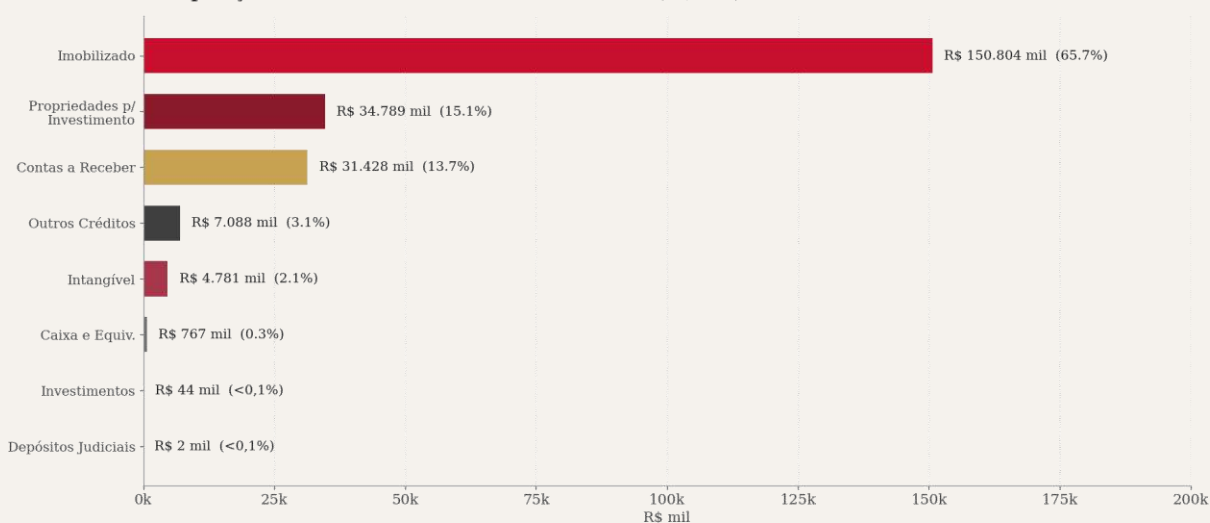
05

ESTRUTURA PATRIMONIAL

5.1 Ativo Total

O ativo total consolidado do Clube em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 229.702 mil, ante R\$ 214.373 mil em 2024. O aumento de R\$ 15.329 mil (7,2%) reflete, principalmente, o crescimento das contas a receber (R\$ 31.428 mil no consolidado, impulsionado pelas negociações de atletas), a reavaliação positiva de propriedades para investimento (R\$ 4.582 mil) e novas adições consolidadas no imobilizado (R\$ 1.187 mil).

Composição do Ativo Consolidado — 31/12/2025 (R\$ mil)



5.2 Imobilizado

O imobilizado consolidado totaliza R\$ 150.804 mil, representando 65,7% do ativo total, composto principalmente por terrenos (R\$ 104.713 mil) e edifícios (R\$ 42.099 mil). Adicionalmente, em decorrência da reclassificação realizada no exercício em consonância com o CPC 28 — Propriedade para Investimento, foram segregados em rubrica específica de Propriedades para Investimento R\$ 34.789 mil no consolidado, totalizando patrimônio imobiliário de R\$ 185.593 mil (80,8% do ativo). No exercício, foram realizadas adições de R\$ 1.187 mil no imobilizado consolidado, baixas de R\$ 281 mil e depreciação de R\$ 2.464 mil. O patrimônio imobiliário do Clube é composto por três grandes complexos, complementados por aquisições recentes de imóveis na Vila Operária.

**Complexos Imobiliários Consolidados**

Complexo	Endereço	Área (m ²)	Avaliação (R\$ mi)
Estádio Antônio Accioly	Av. Perimetral, 921 — Setor Campinas, Goiânia/GO	29.710	78,7
CT Urias Magalhães	Rua Atlético Goianiense, Setor Urias Magalhães, Goiânia/GO	43.605	66,5
CT Jardim Buriti Sereno	Aparecida de Goiânia/GO	64.060	11,0

No Estádio Antônio Accioly foram realizadas em 2025 obras de modernização em vestiários, gramado, iluminação e acessibilidade, incluindo ainda a Loja Dragão Store construída em 2022 (R\$ 819 mil). No CT Urias Magalhães, o investimento do exercício priorizou a academia, reforçando a estrutura de preparação física do elenco. No CT Jardim Buriti Sereno não houve intervenções no exercício de 2025. Em 2024 e 2025 foram adquiridos três imóveis na Vila Operária, Goiânia/GO, totalizando R\$ 1,5 milhão em investimentos imobiliários complementares. Não houve alienação de imóveis no exercício de 2025. O terreno adquirido pela SAF, no valor de R\$ 1.200 mil, corresponde à Fazenda São Jorge — partes I e II, originalmente concebido para a construção de um novo Centro de Treinamento, com destinação final em deliberação pela Administração.

5.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 161.536 mil, composto por: Patrimônio Social de R\$ 16.483 mil, Superávits Acumulados de R\$ 25.825 mil — totalizando Fundo Patrimonial de R\$ 42.308 mil — e Reserva de Avaliação Patrimonial de R\$ 119.228 mil. O aumento líquido de R\$ 287 mil em relação ao exercício anterior (R\$ 161.249 mil) decorre do superávit do exercício de R\$ 687 mil, parcialmente compensado pela realização da reserva de avaliação patrimonial (R\$ 400 mil), transferida para Superávits Acumulados na medida da depreciação dos bens que deram origem ao custo atribuído.

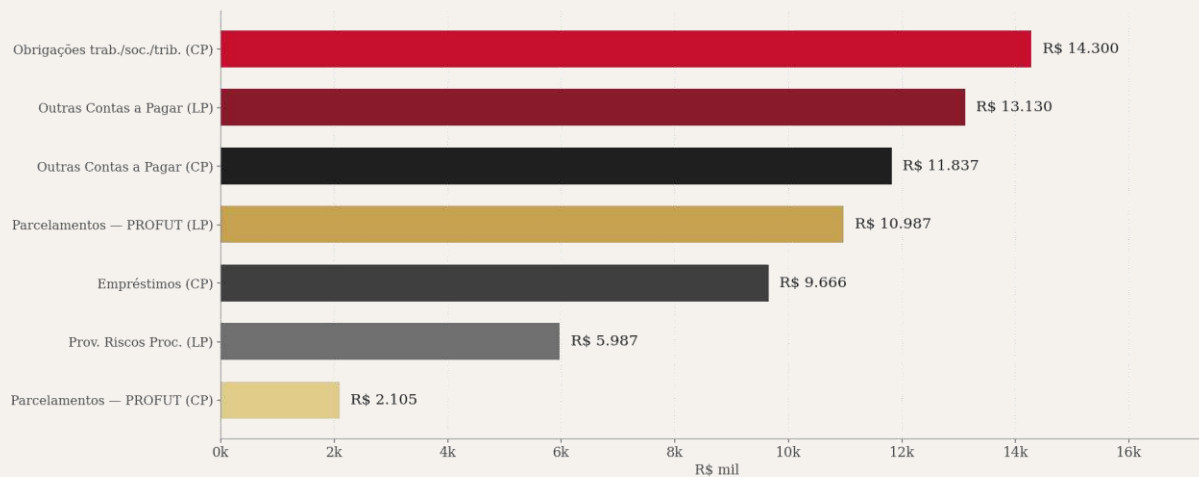
5.4 Endividamento

O endividamento oneroso consolidado (empréstimos e financiamentos) totalizou R\$ 9.666 mil no circulante, refletindo novas operações de financiamento contratadas no exercício. As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias somaram R\$ 14.300 mil (ante R\$ 6.667 mil em 2024), e as outras contas a pagar totalizaram R\$ 11.837 mil no circulante e R\$ 13.130 mil no não circulante — estas últimas relacionadas a investimentos em terrenos iniciados em 2023, a serem realizados em exercícios futuros.

Os parcelamentos tributários (PROFUT e demais) totalizam R\$ 13.092 mil (R\$ 2.105 mil no circulante e R\$ 10.987 mil no não circulante). A parcela mensal corrente do PROFUT é de aproximadamente R\$ 160 mil, e o Clube permanece plenamente adimplente com todas as obrigações do Programa no encerramento do exercício. As provisões para riscos processuais somam R\$ 5.987 mil no passivo não circulante, uma redução de 6,0% em relação aos R\$ 6.371 mil de 2024.



Principais Componentes do Passivo Consolidado – 31/12/2025 (R\$ mil)





06

I N V E S T I M E N T O S

6.1 Investimentos em Infraestrutura

As adições consolidadas de imobilizado e intangível no exercício de 2025 totalizaram R\$ 2.537 mil (R\$ 1.187 mil de imobilizado e R\$ 1.350 mil de intangível), distribuídas entre obras nos principais complexos esportivos, aquisição de terreno pela SAF, equipamentos e novos contratos de atletas. No Estádio Antônio Accioly, o foco das intervenções foi a modernização de vestiários, do gramado, da iluminação e da acessibilidade, além de manutenções prediais pontuais em bares, drenagem, sala de VAR e infraestrutura de comunicação. No CT Urias Magalhães, o destaque foi a nova academia, ampliando a estrutura de preparação física do elenco. O terreno adquirido pela SAF, no valor de R\$ 1.200 mil (Fazenda São Jorge — partes I e II), é mantido como reserva para destinação futura, ainda em deliberação pela Administração.

Principais Investimentos Realizados em 2025

Investimento	Localização	Natureza
Vestiários, gramado, iluminação, acessibilidade	Estádio Antônio Accioly	<i>Obra/Reforma</i>
Academia	CT Urias Magalhães	<i>Obra</i>
Aquisição de terreno — Fazenda São Jorge I e II	SAF — Goiás	<i>Terreno</i>
Aquisição de imóveis (3 unidades)	Vila Operária, Goiânia/GO	<i>Imóvel</i>
Equipamentos e mobiliário — diversos	Accioly / Urias / adm.	<i>Equipamento</i>

A estrutura de energia solar registrada no imobilizado no valor de R\$ 606 mil encontra-se plenamente operacional no exercício, gerando economia mensurável em energia elétrica para as instalações do Clube. A Administração não dispõe, neste momento, de precificação formal consolidada da economia gerada no exercício. Não há investimentos de grande porte aprovados especificamente para 2026; a Administração manterá postura prudente, privilegiando manutenção, conservação e intervenções de baixo CAPEX, compatíveis com o momento de reestruturação financeira do Clube.

6.2 Investimentos em Atletas

O ativo intangível consolidado (direitos econômicos e federativos de atletas) totalizou R\$ 4.781 mil líquidos em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 9.505 mil em 2024. As adições consolidadas do exercício somaram R\$ 1.350 mil e a amortização do período totalizou R\$ 2.094 mil. As baixas, no montante de R\$ 3.849 mil, decorrem da realização contábil dos direitos econômicos dos atletas negociados durante o exercício. O investimento em formação de atletas, lançado diretamente na despesa, totalizou R\$ 1.500 mil no exercício, mantendo o pipeline do futebol de base que sustenta a geração de receita de negociação de direitos econômicos.

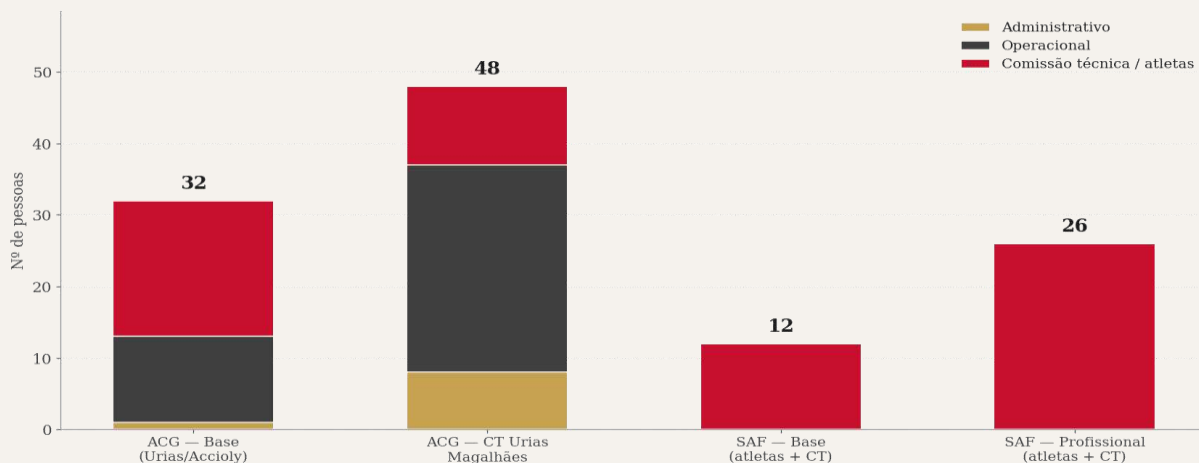


07

GESTÃO DE PESSOAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o quadro total de colaboradores ACG + SAF somava 118 profissionais: 80 vinculados ao ACG (32 na Base, distribuídos em 1 administrativo, 12 operacional e 19 comissão técnica; e 48 no CT Urias Magalhães, distribuídos em 8 administrativo, 29 operacional e 11 comissão técnica); e 38 vinculados à SAF (12 na Base, sendo 9 atletas de base e 3 comissão técnica; e 26 no Profissional, sendo 22 atletas profissionais e 4 comissão técnica profissional).

Quadro de Colaboradores — 31/12/2025 — 118 pessoas (ACG: 80 · SAF: 38)



As relações trabalhistas seguiram as normas da CLT e as convenções coletivas aplicáveis, sem ocorrência de demissão coletiva ou reestruturação significativa de quadro no exercício. Os colaboradores contam com pacote de benefícios que inclui plano de saúde (Unimed), alimentação, transporte e seguro; o plano de saúde Unimed estende-se também aos atletas. No exercício de 2025 não foram realizados programas formais de capacitação ou treinamento corporativo, ponto que será endereçado em 2026 dentro da estratégia de profissionalização da gestão.

No campo da responsabilidade social, o Clube mantém parcerias com escolinhas de iniciação esportiva, custeadas pelos próprios parceiros, com fornecimento de material esportivo institucional para uso das crianças e adolescentes — contribuindo para a inclusão pelo esporte nas regiões do entorno do Estádio Antônio Accioly e dos Centros de Treinamento. Não foram executados projetos sociais ou comunitários próprios no exercício de 2025 e o Clube ainda não possui política formalizada de diversidade e inclusão, ponto em deliberação pela Administração para o próximo ciclo.



08

G E S T Ã O J U R Í D I C A

O Clube possui processos judiciais em diversas naturezas (trabalhista, cível e tributário), sendo que os riscos são periodicamente avaliados por seus assessores jurídicos. As provisões para riscos processuais totalizaram R\$ 5.987 mil no passivo não circulante (redução de R\$ 384 mil em relação a 2024), correspondendo às causas com probabilidade de perda classificada como provável. Os depósitos judiciais somaram R\$ 2 mil no ativo. A Administração mantém acompanhamento regular das contingências com seus assessores jurídicos e registra as provisões mensuradas com base em expectativa de desembolso mais provável.

As contingências passivas classificadas como perda possível (e, portanto, não provisionadas) totalizam valor estimado em R\$ 21.408 mil, concentradas principalmente em discussões tributárias (ISSQN – aproximadamente R\$ 13.367 mil), trabalhistas (aproximadamente R\$ 8.041 mil) e em demandas cíveis e perante o CNRD. Essas contingências são monitoradas trimestralmente em conjunto com os assessores jurídicos, com reavaliação da classificação de risco sempre que ocorrem movimentações processuais relevantes. Não houve condenação de impacto material no exercício de 2025 que tenha resultado em desembolso extraordinário.

O PROFUT permanece como principal instrumento de regularização fiscal, com adesão desde 2015 e cumprimento regular das parcelas mensais (parcela corrente de aproximadamente R\$ 160 mil). O Clube encontra-se em situação regular perante a Justiça do Trabalho (CNDT) no encerramento do exercício. Eventuais débitos fiscais são monitorados e encaminhados para parcelamento ou negociação administrativa, preservando a adimplência fiscal do Clube e a manutenção das certidões negativas exigíveis.



09

GOVERNANÇA, AUDITORIA E TRANSPARÊNCIA

9.1 Estrutura de Governança

O ACG é administrado por uma Diretoria Executiva, fiscalizado pelo Conselho Fiscal. A SAF possui governança própria, com Diretoria e Conselho de Administração constituídos nos termos da Lei nº 14.193/2021 e de seu Estatuto Social. A Administração mantém reuniões periódicas para deliberação sobre matérias estratégicas, orçamentárias e de conformidade. Registra-se que o Clube não possui, atualmente, Conselho Deliberativo ativo — ponto de governança a ser eventualmente endereçado em futuras revisões estatutárias.

Composição do Conselho Fiscal — ACG e SAF (2025)

ACG — Conselho Fiscal	SAF — Conselho Fiscal
Wellington de Urzeda Mota — Presidente Leon Diniz Bueno da Cruz Relton Barbosa Mota	Vinicius Borges Porfilho Pereira Lúcio Marco Ribeiro Caldas Roney Duarte de Paula

Diretoria Executiva — ACG e SAF (2025)

ACG — Diretoria	SAF — Diretoria
Valdivino José de Oliveira — Presidente Marcos Aurélio Egídio da Silva — Vice-Presidente Glauceine Cristina da Silva — Diretora Financeira	Adson José Batista — Diretor Presidente

Conselho de Administração — ACG e SAF (2025)

ACG — Conselho de Administração	SAF — Conselho de Administração
Jovair Oliveira Arantes — Presidente Itamir Campos Arantes Júnior Adson José Batista Henrique Paulista Arantes Sebastião José da Silva Valdivino José de Oliveira Marcos Aurélio Egídio da Silva Joaquim Batista Ribeiro Ruber Paulo Romero	Adson José Batista — Presidente Marcos Aurélio Egídio da Silva Júlio Cesar de Souza Leonardo Mariano Reis Erika Curado Silva Pereira

A Administração mantém prática efetiva de prevenção à lavagem de dinheiro: todos os documentos que suportam operações do Clube e da SAF são validados e testados nos departamentos operacionais e



novamente revisados pela contabilidade antes do registro. Não há, ainda, Código de Ética/Conduta formalizado nem canal estruturado de denúncia/ouvidoria — pontos identificados pela Administração como evolução de governança a ser formalizada em ciclos futuros.

9.2 Auditoria Independente

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 foram auditadas pela Moore Alianzo Auditoria S/S Ltda. (CRC 1 GO 02158/O-4), sob responsabilidade do Contador Rodrigo Costa Silva (CRC 1 GO 016905/O-4). No exercício anterior (2024), o relatório de auditoria continha abstenção de opinião em razão da ausência de Laudo de Cisão formalizado para a transferência de ativos e passivos do Departamento de Futebol para a SAF, conforme exigido pela Lei nº 14.193/2021. Com a formalização do Laudo de Cisão em 2025 e a celebração dos contratos entre ACG e SAF (uso de marca, licença do Estádio e CTs, cessão de atletas e repasse de receitas), esse ponto foi regularizado no exercício. O conteúdo do relatório de auditoria e eventuais recomendações específicas encontram-se no parecer emitido pela Moore Alianzo, anexo a estas demonstrações.

9.3 Transparência e Prestação de Contas

O Clube disponibiliza seus balanços patrimoniais, demonstrações financeiras e relatórios de auditoria em seu portal institucional (<https://atleticogoianiense.com.br>), assegurando acesso público às informações sobre a gestão. Adicionalmente, as informações financeiras do Clube e da SAF são também publicadas no portal de transparência da Federação Goiana de Futebol, em cumprimento às exigências da entidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria em 22 de abril de 2026.

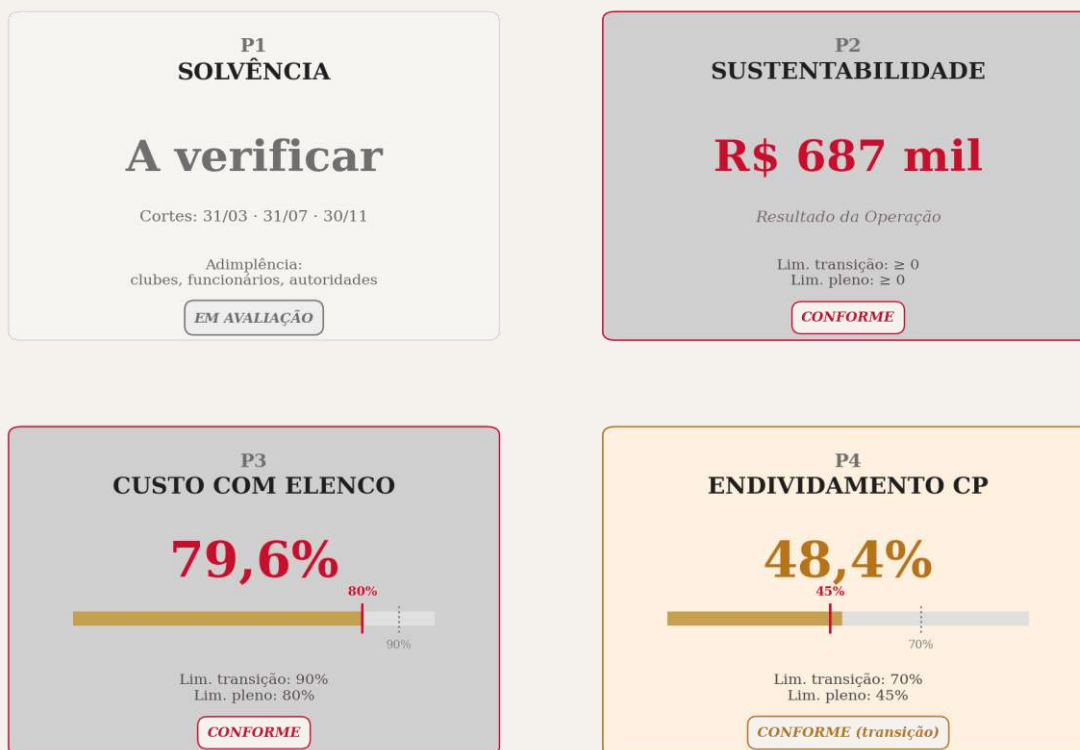


10

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA — SSF

O Sistema de Sustentabilidade Financeira (SSF), implementado pela CBF/ANRESF a partir de 1º de janeiro de 2026, estabelece requisitos financeiros obrigatórios para todos os clubes das Séries A e B do Campeonato Brasileiro. O ACG apresenta, desde já, uma análise de conformidade com os quatro pilares do SSF, com base nos dados do exercício de 2025, demonstrando comprometimento com a governança financeira e antecipação às exigências regulatórias.

Dashboard de Conformidade SSF — Situação dos Indicadores em 31/12/2025



Pilar 1 — Requisito de Solvência (Contas em Dia)

O SSF exige comprovação trimestral (datas de corte: 31/03, 31/07 e 30/11) de que o Clube não possui atrasos com: (i) Clubes — transferências, parcelas e indenizações; (ii) Funcionários — salários, direito de imagem e bônus; e (iii) Autoridades — obrigações tributárias e taxas da CBF. Para obrigações anteriores a 01/01/2026, aplica-se o período de transição até 30/11/2026 (apenas advertência em caso de descumprimento).

**Pilar 1 – Solvência EM AVALIAÇÃO**

Comprovação trimestral a ser verificada com base nas datas de corte do SSF em 2026. Clube adimplente com o PROFUT e regular perante a CNDT em 31/12/2025.

Pilar 2 – Requisito de Sustentabilidade (Operação Equilibrada)

O Clube deve apresentar superávit operacional ou déficit integralmente coberto por Contribuições Patrimoniais. O cálculo é: Receitas Relevantes – Despesas Relevantes = Resultado da Operação.

Estimativa dos indicadores de sustentabilidade com base nos dados de 2025

Indicador	R\$ mil
Receitas Relevantes (Rec. Líquida)	77.110
(-) Despesas Relevantes	(76.423)
Resultado da Operação Ajustado	687
Status (exercício 2025)	CONFORME

Nota: O exercício de 2025 marca o primeiro ano de vigência do SSF. A análise demonstra conformidade com os requisitos. No regime pleno, o Resultado Agregado (T-1, T-2, T-3) será apurado a partir de 2028. Adicionalmente, clubes da Série B dispõem de limite de déficit tolerado de R\$ 10 milhões ou 2,5% das receitas (o que for maior).

Pilar 2 – Sustentabilidade CONFORME

Resultado da operação de R\$ 687 mil – superávit operacional positivo.

Pilar 3 – Requisito de Custo com Elenco

O indicador de Custo com Elenco mede a relação entre os custos com pessoal relevante (salários, imagem, encargos), amortização de atletas e intermediários, e a receita operacional ajustada. O limite é de 80% para clubes da Série B (regime pleno) e 90% no período de transição (2026).

Componente	R\$ mil
Custo com Pessoas Relevantes (Salários + Imagem + INSS + Fenapaf)	54.119
Amortização de Atletas	6.074
Comissões / Intermediação	1.209
Total Custo com Elenco (Numerador)	61.402
Receita Operacional Ajustada (RL – Negociação Atletas)	39.453
RLMT (Receita Líquida Média de Transferências – ano corrente)	37.657
Contribuições Patrimoniais	0



Componente	R\$ mil
Total Denominador	77.110
Indicador de Custo com Elenco	79,6%
Limite SSF (transição 2026)	90%
Limite SSF (regime pleno – Série B)	80%
Status	CONFORME

Pilar 3 – Custo com Elenco **CONFORME**

Indicador de 79,6% – dentro do limite de transição (90%) e marginalmente abaixo do limite pleno (80%). A Administração mantém monitoramento ativo, dado que o indicador encontra-se próximo ao limite pleno aplicável a partir de 2029.

Pilar 4 – Requisito de Endividamento de Curto Prazo

O indicador de Endividamento de Curto Prazo mede a relação entre as Obrigações Líquidas de Curto Prazo (OLCP) e as Receitas Relevantes. O limite é de 45% no regime pleno (2029) e 70% no período de transição (2026). A partir do memorial de cálculo do exercício de 2025, o indicador de endividamento CP do ACG apresenta valor apurado de 48,4%, dentro do limite de transição (70%) mas marginalmente acima do limite pleno (45%), demandando monitoramento contínuo da estrutura de capital de giro.

Componente	R\$ mil
Obrigações Gerais de Curto Prazo (OGCP – Passivo Circulante consolidado)	38.062
(+) Obrigações de Transferência (OT)	0
(-) Ativos Líquidos de Curto Prazo (ALCP – Caixa e Equivalentes)	(767)
OLCP	37.295
Receitas Relevantes	77.110
Indicador de Endividamento CP	48,4%
Limite SSF (transição 2026)	70%
Limite SSF (regime pleno – 2029)	45%
Status	CONFORME (transição)

Pilar 4 – Endividamento de Curto Prazo **CONFORME (transição) – ATENÇÃO PLENO**

Indicador apurado em 48,4%, dentro do limite de transição (70%), mas marginalmente acima do limite pleno (45%) aplicável a partir de 2029. A Administração conduz monitoramento contínuo da estrutura de capital de giro e implementa ações de redução do passivo circulante e ampliação dos ativos líquidos, visando o enquadramento progressivo ao limite pleno antes de 2029.

**Dashboard Consolidado de Conformidade SSF**

Pilar	Indicador	Apurado	Límite 2026	Límite Pleno	Status
Solvência	Contas em dia	<i>A verificar</i>	Sem atrasos	Sem atrasos	<i>Em avaliação</i>
Sustentabilidade	Resultado Operação	R\$ 687 mil	≥ 0	≥ 0	CONFORME
Custo Elenco	CE / (RO + RLMT)	79,6%	90%	80%	CONFORME
Endividamento CP	OLCP / RR	48,4%	70%	45%	CONFORME (transição)

O ACG reafirma seu compromisso em cumprir integralmente os requisitos do SSF e em utilizar os indicadores como ferramenta de gestão para garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo. Os Pilares 2, 3 e 4 apresentam conformidade no exercício de 2025, com atenção especial ao Pilar 4 (Endividamento de Curto Prazo) e ao Pilar 3 (Custo com Elenco), que se encontram próximos aos limites plenos aplicáveis a partir de 2029. Em relação ao Pilar 4 – Endividamento de Curto Prazo, embora o indicador esteja conforme no período de transição, a Administração mantém monitoramento contínuo da estrutura de capital de giro e implementa ações estruturais – redução do passivo circulante, alongamento de passivos, monetização de ativos, controle disciplinado da folha de pagamento e captação de investidores qualificados – visando o enquadramento progressivo ao limite pleno (45%) aplicável a partir de 2029. Até o encerramento deste exercício, não houve notificação formal da ANRESF sobre quaisquer indicadores.



11

P E R S P E C T I V A S P A R A 2 0 2 6

A meta esportiva formalmente declarada pela Administração para 2026 é o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro e avançar nas fases da Copa do Brasil, acompanhados da manutenção das conquistas na base e da evolução do futebol feminino. A peça orçamentária de receitas e despesas para 2026 encontra-se em fase final de elaboração e será oportunamente submetida à apreciação dos órgãos internos competentes, em linha com a consolidação do plano esportivo e com a evolução do quadro de patrocínios e de direitos de transmissão.

Do ponto de vista comercial, o Clube deve manter os patrocinadores recorrentes que sustentaram o exercício de 2025 (Blaze, Cristal Alimentos, Unimed e demais parceiros), sem novos contratos de grande porte confirmados para 2026 até a data destas demonstrações. Não estão previstos, no momento, investimentos de grande magnitude em obras de infraestrutura para 2026; a receita de negociação de atletas, ainda que permaneça como linha relevante, não deve reproduzir em 2026 a magnitude excepcional de 2025. Do lado da base, o Programa Sócio-Torcedor tem meta de crescimento do número de sócios em relação ao exercício de 2025, suportado por ações de marketing, experiência do torcedor e ampliação de benefícios.

A SAF pretende prospectar investidores qualificados em 2026, com abertura para avaliação de diferentes modelos de entrada — prevalecendo, inicialmente, a possibilidade de aporte por grupo fechado, sem descartar negociações alternativas que se mostrem mais favoráveis ao projeto esportivo de longo prazo. Em paralelo, a Administração conduzirá o monitoramento contínuo dos indicadores do SSF, com atenção especial aos Pilares 3 e 4, cujas ações estruturais de adequação plena aos limites de 2029 serão estruturadas, aprovadas e divulgadas no decorrer do exercício. A combinação entre disciplina de custos, revitalização das receitas e fortalecimento da estrutura de capital constitui o eixo estratégico central da gestão para 2026.



12

A G R A D E C I M E N T O S

A Administração agradece a todos os Atletas, Funcionários, Associados, Conselheiros, Diretorias, Torcedores, Patrocinadores – em especial Blaze, Cristal Alimentos, Unimed e demais parceiros –, às Instituições Financeiras, à Futebol Forte União (FFU) e aos companheiros do dia a dia, que contribuíram ao longo de 2025 para o fortalecimento do Atlético Clube Goianiense e da Atlético Goianiense SAF.

A Administração registra também, em especial, seu reconhecimento à equipe de gestores administrativos do Clube e da SAF, cujo trabalho diário viabilizou as entregas operacionais, financeiras e institucionais do exercício de 2025:

Marcos Aurélio Egídio da Silva – Diretor Jurídico, advogado
Erika Curado Silva Pereira – Diretora Administrativa, advogada
Ewerton Mortosa Junior – Gerente de Futebol
Glauciene Cristina da Silva – Contadora e Bacharela em Direito
Maria Cristina de Souza – Gerente de Recursos Humanos, especialista em Gestão de RH e pedagoga
Irene Alves de Souza – Gerente de Compras
Ana Isabela Almeida Egídio – Psicóloga
Victor Hugo Souza Pereira – Supervisor de Futebol
Camila Brito Reis – Gerente Financeira, Bacharela em Direito
Joyce Cristina Vieira da Silva – Secretária Executiva, Bacharela em Ciências Contábeis e estudante de Direito
Sérgio Alves de Araujo – Assistente Contábil, Bacharel em Ciências Contábeis

Goiânia/GO, 22 de abril de 2026.

Valdivino José de Oliveira

Diretor Presidente

Glauciene Cristina da Silva

Contadora – CRC/GO nº 013.841



Relatório dos Auditores Independentes

sobre as Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e Associados
Atlético Clube Goianiense.
Goiânia – Goiás

Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Atlético Clube Goianiense (Clube), identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidado do Atlético Clube Goianiense em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, o Clube adquiriu precatórios, pelo valor de R\$ 6.916 mil, com o objetivo de liquidar os débitos tributários federais, registrado no ativo não circulante como outros créditos. A realização dos referidos precatórios e a consequente liquidação dos débitos tributários estão condicionadas à homologação do referido pedido pela Receita Federal. Devido à natureza desses créditos, o atual estágio em que se encontram e os riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2025, não foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores naquela data. Assim, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras está ressalvada quanto a esse item.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15, em 31 de dezembro de 2025, o Clube possuía registrado no passivo circulante e não circulante os montantes de R\$ 2.105 mil e R\$ 10.987 mil, respectivamente, referentes a parcelamentos tributários. Contudo, a Administração do Clube, com base em seu melhor entendimento, optou por não registrar os valores das atualizações (SE-LIC) e de outros índices nos Parcelamentos de Tributos Federais (PROFUT). Por essa razão, não estamos emitindo opinião sobre o saldo da referida rubrica.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ênfase:

Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)

Conforme mencionado na Nota nº 15, o clube aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). Desde então, o Clube vem atualizando e recolhendo os valores de seus débitos, referente aos tributos e contribuições incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. Até a data de emissão desse relatório, os órgãos competentes ainda não haviam homologado a consolidação dos débitos que ratificasse os cálculos apresentados quando da adesão, protocolada em novembro de 2015. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, tendo sido emitido relatório de auditoria independente datado de 17 de abril de 2025, contendo abstenção de opinião em razão dos seguintes assuntos, que em conjunto produziam efeitos generalizados sobre as demonstrações contábeis: i) ausência de formalização na transferência de ativos entre o clube e a SAF; ii) outros créditos e direitos a receber relativos à LFU; iii) ausência de atualização dos parcelamentos tributários; e iv) outros créditos a receber referentes a precatórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os assuntos identificados nos itens i e ii foram regularizados, não impactando a presente opinião. Os assuntos descritos nos itens iii e iv permanecem pendentes de regularização, conforme descrito na seção 'Base para opinião com ressalva' deste relatório

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

Relatório da Administração

A Administração do Clube é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria do clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 22 de abril de 2026.

MOORE ALIANZO AUDITORIA S/S LTDA
CRC 1 GO 02371/O-2
CMV: 1350-1

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4



MOORE



Parecer do Conselho Fiscal



Atlético Clube Goianiense

Parecer do Conselho Fiscal
Exercício findo em 31 de dezembro de
2025

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Atlético Clube Goianiense, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração do Resultado Abrangente e das respectivas Notas Explicativas, elaborados de forma individual (Controladora) e consolidada (Controladora e Atlético Goianiense SAF), relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A análise foi realizada com o apoio do Relatório do Auditor Independente, dos esclarecimentos prestados pela Administração e da documentação contábil e financeira disponibilizada, observando-se as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, em especial a ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros, a NBC TG 1000 (R1) — Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a ITG 2003 (R1) — Entidade Desportiva Profissional, e demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

1. Dos exames realizados

Em seus trabalhos, o Conselho Fiscal examinou, entre outros aspectos: (i) a consistência dos saldos patrimoniais e dos resultados apresentados nas demonstrações individuais e consolidadas; (ii) a aderência das práticas contábeis adotadas às normas brasileiras aplicáveis; (iii) o correto reconhecimento, mensuração e divulgação das principais contas patrimoniais e de resultado, incluídos contas a receber, propriedades para investimento, intangível vinculado a atletas, empréstimos e financiamentos, obrigações trabalhistas, sociais e tributárias e parcelamentos tributários; (iv) as divulgações das transações entre partes relacionadas com a Atlético Goianiense SAF; e (v) a suficiente divulgação em notas explicativas dos eventos, políticas e estimativas relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

Os trabalhos deste Conselho, por sua natureza, não constituem auditoria independente, razão pela qual as conclusões aqui manifestadas foram fundamentadas também no Relatório do Auditor Independente que acompanha estas demonstrações contábeis.

2. Da consolidação com a Atlético Goianiense SAF

O Conselho Fiscal analisou o processo de consolidação das demonstrações contábeis do Clube com sua controlada Atlético Goianiense SAF, constituída nos termos da Lei nº 14.193/2021, verificando a adequação dos procedimentos de eliminação de saldos e transações intragrupo, o alinhamento das políticas contábeis e a correta apresentação dos efeitos patrimoniais e de resultado decorrentes das operações mantidas entre o Clube e a SAF, em conformidade com o CPC 36 (R3) — Demonstrações Consolidadas.

3. Do resultado do exercício e da situação patrimonial

O exercício social de 2025 apresentou resultado superavitário de R\$ 687 mil, tanto na Controladora quanto no consolidado, revertendo o resultado deficitário de R\$ 45.111 mil apurado em 2024. O patrimônio social encerrou o exercício em R\$ 161.536 mil, composto pelo Fundo Patrimonial de R\$ 42.308 mil e pela Reserva de Avaliação Patrimonial de R\$ 119.228 mil. O total do ativo atingiu R\$ 198.812 mil na Controladora e R\$ 229.702 mil no consolidado, refletindo a incorporação das operações e posição patrimonial da SAF.

O Conselho Fiscal considera que os números apresentados refletem, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do Atlético Clube Goianiense e de sua controlada.



Atlético Clube Goianiense


Parecer do Conselho Fiscal
Exercício findo em 31 de dezembro de
2025

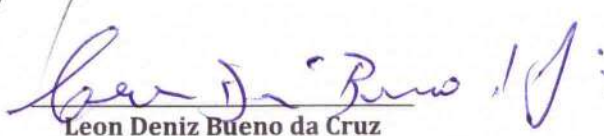
4. Conclusão e recomendação

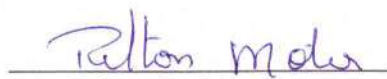
Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e nas conclusões do Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal do Atlético Clube Goianiense é de opinião que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do Clube e de sua controlada, estando em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades desportivas sem finalidade de lucros.

Em face do exposto, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras pela Assembleia Geral de Associados.

Goiânia – GO, 22 de abril de 2026.


Wellington de Luzeda Mota
Presidente do Conselho Fiscal


Leon Deniz Bueno da Cruz
Conselheiro Fiscal


Relton Barbosa Mota
Conselheiro Fiscal



**ATLÉTICO CLUBE
GOIANIENSE**

FUNDADO EM 02 · ABRIL · 1937

**20
25**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

em 31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Atlético Clube Goianiense

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Expresso em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	662	7.828	767	8.001
Contas a receber	5	4.288	3.717	27.678	5.509
Outros créditos	6	18.255	11.380	7.088	8.593
		23.205	22.925	35.533	22.103
Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	3.750	-
Outros créditos	6	-	-	-	-
Depósitos judiciais	7	2	153	2	153
Propriedades para investimento	8	14.989	10.407	34.789	30.207
Investimentos	9	11.977	11.599	44	43
Imobilizado	10	148.640	150.425	150.804	152.361
Intangível	11	-	45	4.781	9.505
		175.607	172.629	194.169	192.270
Total do ativo		198.812	195.554	229.702	214.373
Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fornecedores		154	286	154	286
Empréstimos, financiamentos e encargos	12	6.224	431	9.666	431
Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	13	3.328	2.636	14.300	6.667
Outras contas a pagar	14	6.661	7.839	11.837	8.227
Parcelamentos tributários	15	2.105	1.501	2.105	1.501
Receita antecipada		-	1.830	-	1.830
		18.472	14.523	38.062	18.942
Não circulante					
Outras contas a pagar	14	1.830	-	13.130	14.400
Parcelamentos tributários	15	10.987	13.412	10.987	13.412
Provisões para riscos processuais	16	5.987	6.371	5.987	6.371
		18.804	19.782	30.104	34.182
Patrimônio Social					
Fundo Patrimonial	17	42.308	41.621	42.308	41.621
Avaliação Patrimonial	17	119.228	119.628	119.228	119.628
		161.536	161.249	161.536	161.249
Total do passivo e do patrimônio líquido		198.812	195.554	229.702	214.373

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Expresso em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Direitos de Transmissão		123	38.073	4.465	58.123
Bilheteria		-	5.982	1.004	10.497
Patrocínio e publicidade		8.828	14.222	8.828	14.222
Receita de Mensalistas		312	415	312	415
Sócio Torcedor		-	2.440	705	2.714
Negociação de atletas		4.039	6.669	37.657	7.069
Outras receitas		7.246	3.988	10.399	16.586
Receitas Condomínio LFU		-	-	10.819	-
Receitas com Serviços Voluntários		-	-	-	-
Receitas líquidas	17	20.549	71.789	77.110	109.625
Custo das atividades sociais e esportivas	18	(14.678)	(103.504)	(60.040)	(137.229)
Resultado Bruto		5.871	(31.715)	17.070	(27.604)
Salários e encargos	19	(66)	(154)	(1.506)	(1.384)
Direitos de imagem	19	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	19	(2.699)	(4.529)	(2.699)	(4.529)
Marketing	19	(1.095)	(854)	(1.095)	(854)
Amortização do custo de atletas	19	-	(4.450)	(6.074)	(4.776)
Depreciações	19	(2.124)	(2.015)	(2.156)	(2.062)
Contingências	19	(3)	(118)	(3)	(118)
Despesas gerais	19	(1.152)	(5.172)	(3.530)	(7.098)
Outras receitas e despesas operacionais	19	1.589	1.076	1.589	1.076
Despesas com Serviços Voluntários	19	-	-	-	-
Resultado Equivalência Patrimonial	19	368	653	-	-
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		689	(47.279)	1.596	(47.350)
Despesas financeiras		(118)	(488)	(1.070)	(488)
Receitas financeiras		117	2.656	170	2.750
(=) Resultado financeiro líquido		(2)	2.168	(899)	2.262
Tributos		-	-	(9)	(23)
(=) Superávit/(Déficit) do Exercício		687	(45.111)	687	(45.111)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Superávit/(Deficit) do Exercício	687	(45.111)	687	(45.111)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	400	400	400	400
Total do resultado abrangente do exercício	1.087	(44.711)	1.087	(44.711)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlético Clube Goianiense

Demonstrações das mutações do patrimônio social individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

	Fundo Patrimonial			Avaliação Patrimonial	Total
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total do Fundo Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.483	70.337	86.820	120.027	206.847
Déficit do exercício	-	(45.111)	(45.111)	-	(45.111)
Transferência Superávit/Déficit Acumulado	-	(88)	(88)	-	(88)
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	-	(400)	(400)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.483	25.138	41.621	119.628	161.249
Superávit do exercício	-	687	687	-	687
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	-	(400)	(400)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.483	25.825	42.308	119.228	161.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Superávit/(Deficit) do Exercício	687	(45.111)	687	(45.111)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Provisão para riscos processuais	(384)	9	(384)	9
Depreciação e Amortização	2.124	6.558	8.230	6.979
Realização Avaliação Patrimonial	(400)	(400)	(400)	(400)
Reavaliação de propriedades para investimento	(4.581)	-	(4.581)	-
	(2.554)	(38.944)	3.553	(38.523)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
(Aumento) no contas a receber	(571)	14.971	(22.169)	13.179
(Aumento)/ diminuição nos demais ativos circulantes	(6.875)	45.822	1.505	48.610
(Aumento)/ diminuição nos outros créditos e depósitos judiciais	151	22.836	(3.599)	22.836
Aumento/(diminuição) em fornecedores	(132)	(13)	(132)	(13)
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(1.129)	(2.897)	5.813	1.134
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	653	(22.101)	2.341	(7.313)
Aumento/(diminuição) em receitas antecipadas	(1.830)	(867)	(1.830)	(867)
	(12.286)	18.807	(14.520)	39.042
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(7.165)	4.153	(7.235)	4.271
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(378)	(8.497)	(1)	(17.655)
Aquisição de imobilizado e Aquisição/venda de intangível (Atletas)	(294)	(6.588)	(1.948)	(17.548)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(672)	(15.085)	(1.949)	(35.203)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	8.458	431	11.925	431
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.665)	-	(2.691)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	5.793	431	9.234	431
Aumento/(redução) líquido de caixa	(7.165)	4.153	(7.235)	4.271
Caixa no início do período	7.828	3.675	8.001	3.730
Caixa no final do período	662	7.828	767	8.001
Aumento/(redução) líquido de caixa	(7.165)	4.153	(7.235)	4.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Em 31 de dezembro de 2025

Expresso em milhares de reais, exceto se informado de outra forma

1. Informações gerais

O Atlético Clube Goianiense ("Clube" ou "ACG"), CNPJ 01.588.755/0001-11, fundado em 2 de abril de 1937, com sede administrativa e centro de treinamento situados na Rua Atlético Goianiense 1937, Qd. F, Lt. Área, Setor Urias Magalhães, Goiânia, Estado de Goiás, é entidade civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria, tendo por objetivos principais cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais e esportivas, tendo o futebol como principal atividade.

O Clube é controlador integral (100% do capital social) do Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol ("SAF"), CNPJ 46.425.523/0001-78, companhia de capital fechado constituída em 2022 nos termos da Lei n.º 14.193/2021, com o objetivo de profissionalizar a gestão do departamento de futebol. Em 2024, foi constituída a filial da SAF para o Clube Formador, devidamente certificado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações do Clube (Controladora) e da SAF (Controlada).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal em 22 de abril de 2026.

Continuidade operacional — As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração avaliou a capacidade do Clube de continuar operando e concluiu que o Clube possui recursos suficientes para dar continuidade a suas operações no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional do Clube e da SAF.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Resolução CFC n.º 1.429/2013, que aprovou a ITG 2002 (R1) — Entidades sem Finalidades de Lucros — e a ITG 2003 (R1) e ITG 2003 (R2) — Entidade Desportiva Profissional, bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, foram consideradas as orientações da OCPC 07 (R1), que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pelo clube estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Exceto pela adoção das normas emitidas pelo IASB e CPC, que conforme descrito na Nota explicativa 3, não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis do clube.

O ACG constituiu o Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol - SAF em 2022 para transformar o departamento de futebol em uma entidade jurídica independente. O ACG detém 100% do capital social da SAF e exerce controle integral sobre suas operações. As demonstrações consolidadas incluem os saldos e transações do Clube (Controladora) e da SAF (Controlada). Todos os saldos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as entidades do grupo foram integralmente eliminados na consolidação. As políticas contábeis da SAF estão alinhadas com as do Clube.



2.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Clube e da SAF. A moeda funcional de uma entidade corresponde à moeda do ambiente econômico primário no qual opera, no qual gera e utiliza, predominantemente, caixa. A Administração avaliou os indicadores previstos no CPC 02 (R2) — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e concluiu que o real reflete, de forma apropriada, a substância econômica dos eventos e transações subjacentes às operações do Clube e da SAF, em razão de a maioria absoluta das receitas, custos e desembolsos — notadamente direitos de transmissão, bilheteria, patrocínios, programa de sócio torcedor, negociação de atletas, folha de pagamento e tributos — ser liquidada em reais.

Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. As diferenças cambiais apuradas na conversão são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira, conforme o caso, em conformidade com o CPC 02 (R2). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os efeitos de variações cambiais foram imateriais, considerando que o volume de operações denominadas em moeda estrangeira é pouco significativo em relação ao total das operações do Clube e da SAF.

2.1.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis do Atlético Clube Goianiense (Controladora) e de sua controlada integral, Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol — SAF, na qual o Clube detém 100% do capital social e exerce controle nos termos do CPC 36 (R3) — Demonstrações Consolidadas. O controle é obtido quando a Controladora está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que exerce sobre a investida.

Os ativos, passivos, receitas e despesas da Controladora e da SAF são integralmente incluídos no processo de consolidação, linha a linha. As políticas contábeis da SAF estão alinhadas às da Controladora e são aplicadas de modo consistente com as aqui descritas. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações intragrupo, bem como eventuais resultados não realizados entre as entidades consolidadas, são integralmente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como o Clube detém 100% do capital social da SAF, não há participação de não controladores a ser segregada no patrimônio líquido consolidado nem no resultado consolidado do exercício. Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento na SAF é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 18 (R2) — Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. O período de reporte da SAF coincide com o da Controladora, encerrando-se em 31 de dezembro.

2.1.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado e;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.



Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.1.4. Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme orientação da CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração identificou que o valor referente à venda de atletas (valores a receber de outros clubes), anteriormente classificado em 'Outros Créditos' no Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2024, deveria ter sido classificado como 'Contas a Receber', por representar contraprestação a receber decorrente da atividade principal de cessão de direitos econômicos de atletas. Em razão disso, os saldos comparativos de 2024 estão sendo reapresentados, reclassificando o montante de R\$ 2.687 mil (Controladora) e R\$ 2.687 mil (Consolidado) de 'Outros Créditos' para 'Contas a Receber'.

Essa reclassificação não alterou o total do Ativo Circulante, o Patrimônio Líquido ou o resultado do exercício de 2024.

Ajuste 1 – Reclassificação dos saldos a receber por venda de atletas

Ativo Circulante (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Contas a receber	1.029	2.687	3.717	2.821	2.687	5.509
Outros créditos	14.068	(2.687)	11.380	14.068	(2.687)	11.380

Ajuste 2 – Reclassificação das propriedades para investimentos

Ativo Não Circulante (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Investimentos	11.599	-	11.599	19.843	(19.800)	43
Imobilizado	150.425	(10.407)	150.425	152.361	(10.407)	152.361
Propriedades para investimento	-	10.407	10.407	-	30.207	30.207

2.1.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.1.6. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das negociações de direitos federativos, direitos de transmissão e patrocínio e publicidade, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- (i) O conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis;
- (ii) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2024.



2.1.7. Outros créditos (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.1.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	%
Edificações Estádio Antônio Accioly	60 anos	1,67%
Edificações CT Urias Magalhães	40 anos	2,5%
Edificações CT Aparecida de Goiânia	25 anos	4%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Equipamentos de informática	5 anos	20%

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A mensuração do imobilizado é feito pelo custo atribuído de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por desvalorização quando cabível.

2.1.9. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são imóveis mantidos para auferir rendimentos de aluguel, para valorização do capital, ou para ambas as finalidades, não destinados ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, tampouco para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios, conforme o CPC 28 — Propriedade para Investimento.

As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Entidade adota o método do custo, nos termos do CPC 28, acrescido de eventuais reavaliações de terrenos fundamentadas em laudo técnico, cuja contrapartida é registrada no Resultado. Os terrenos não são depreciados. Eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) são reconhecidas no resultado do exercício, quando aplicável.

As transferências de e para propriedades para investimento ocorrem somente quando há alteração na destinação econômica do bem, evidenciada por seu uso ou intenção de uso. Quando um imóvel anteriormente classificado como ativo imobilizado passa a ser mantido para auferimento de rendimentos de aluguel ou valorização do capital, o referido bem é reclassificado para a rubrica Propriedades para Investimento, conservando-se o custo contábil na data da transferência, conforme os itens 57 a 60 do CPC 28.



2.1.10. Ativos intangíveis

2.1.10.1. Atletas profissionais

Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com aquisição de direitos econômicos/federativos e de atletas profissionais. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, aos ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumuladas e perdas acumuladas de valor recuperável, pelo tempo de contrato. A amortização de ativos com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.1.10.2. Atletas em formação

Reconhecidos pelos valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica etc.). Quando da profissionalização do atleta, os custos estão lançados diretamente no resultado.

2.1.10.3. Direitos econômicos – Tratamento nas transferências entre Clube e SAF

Os direitos econômicos de atletas transferidos do Clube para a SAF são reconhecidos na controlada pelo valor contábil líquido na data da transferência (custo de aquisição deduzido da amortização acumulada), não havendo reconhecimento de ganho ou perda na transação, por se tratar de operação entre entidades sob controle comum, conforme ICPC 09 (R2). A Administração avalia periodicamente a existência de indicativos de perda por desvalorização (*impairment*) dos direitos federativos, considerando como Unidade Geradora de Caixa (UGC) cada atleta individualmente, conforme ITG 2003 (R1).

2.1.11. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, o clube analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o clube estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, o clube reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

2.1.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

2.1.13. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



2.1.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Dentre as provisões levantadas pelo clube, se encontram as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração do clube. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas. Quando o clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

2.1.15. Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 192 Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

i) Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001 e posteriores alterações.

Para a Sociedade Anônima do Futebol-Saf não se recolhe Pis sobre folha.

ii) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube está recolhendo a terceiros à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento. Para a Saf é o mesmo quesito para os terceiros alíquota 4,5%.

iii) Impostos sobre receitas do clube

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto/Contribuição Alíquota (%):

▪ Seguridade Social (INSS): 5%

O Clube por manter equipe de futebol profissional tem a contribuição empresarial da Seguridade Social deduzida à alíquota correspondente a 5 % da receita bruta decorrente:

- dos espetáculos desportivos de que participe no território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais;
- de qualquer forma de patrocínio, licenciamentos de uso de marcas e símbolos de publicidade, ou propaganda e de transmissão dos espetáculos desportivos.
- O Clube por ser entidade sem fins lucrativos não recolhe ISSQN próprio e por ser substituto tributário retém o ISSQN de seus prestadores de serviços contratados e repassa a Prefeitura Municipal de Goiânia nas devidas competências.
- Para a Saf não se recolhe os 5% do INSS sobre a Receita Bruta, mas tem a incidência de 5% da TEF (Tributação Específica do Futebol) sobre o total de toda e qualquer Receita auferida, excluída apenas as Transação de Atletas nos 5 primeiros anos da constituição da Saf, passando a ser recolhidas 4% a partir do 6º ano.



2.1.16. Reconhecimento da receita

2.1.16.1. Geral

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. Compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O Clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.

Receitas com repasses de direitos econômicos são contabilizadas quando os contratos são assinados e/ou os direitos econômicos são transferidos ao outro clube.

2.1.16.2. Receita de mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente.

2.1.16.3. Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

2.1.16.4. Receitas de publicidade (patrocínios)

As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

2.1.16.5. Receitas de royalties (licenciamento de produtos)

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

2.1.16.6. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo os efeitos de suas revisões reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e estimativas com risco significativo de causar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- a. Nota 6 — Outros créditos: realização dos direitos creditórios (precatórios) condicionada à homologação pela Receita Federal;
 - b. Nota 6 — Outros créditos: Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.
-



- c. Nota 8 — Propriedades para investimento: reclassificação de ativos anteriormente registrados no Imobilizado e em Investimentos, em consonância com o CPC 28 — Propriedade para Investimento, e reavaliação do Terreno Buriti Sereno com base em laudo técnico;
- d. Nota 9 — Investimentos: avaliação pelo método da equivalência patrimonial do investimento na SAF;
- e. Nota 10 — Imobilizado: determinação da vida útil econômica dos bens e teste de recuperabilidade (custo atribuído dos terrenos e edificações);
- f. Nota 11 — Intangível: amortização dos direitos econômicos pelo prazo contratual e avaliação de indicadores de *impairment* por atleta;
- g. Nota 16 — Provisão para riscos processuais: probabilidade de perda e estimativa dos valores provisionados;
- h. Nota 15 — Parcelamentos tributários (PROFUT): mensuração do passivo sem atualização monetária (SELIC).

3.1. Provisões para riscos processuais

O Clube é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, consumerista, desportiva e tributária, conforme detalhado na Nota 16. Provisões são constituídas quando a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, classifica o risco de perda como provável, considerando a natureza dos processos, jurisprudências disponíveis e decisões recentes dos tribunais.

3.2. Realização dos direitos creditórios (precatórios)

O Clube adquiriu precatórios no montante de R\$ 6.916 mil com o objetivo de liquidar débitos tributários federais. A realização desses créditos está condicionada à homologação pela Receita Federal, cujo desfecho envolve incertezas significativas quanto ao prazo e à aceitação integral dos valores. A Administração mantém provisão de PECLD no montante de R\$ 2.324 mil relacionada a esses créditos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	1	18	1	27
Banco conta movimento	386	4.754	491	4.809
Aplicações financeiras	275	3.056	275	3.166
	662	7.828	767	8.001

O saldo disponível em caixa e equivalente de caixa nesta data representada se deu pelo fato de optarmos por manter algum valor em espécie para pagamento de despesas operacionais.

O saldo Banco conta movimento no último dia do ano de acordo com os extratos bancários.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Não há restrições de uso sobre os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Contas a Receber - Venda de Atletas (a)	2.977	2.687	30.117	3.197
Patrocínios (b)	454	454	454	454
Publicidade (b)	-	-	-	1.282
Loteria Esportiva (c)	857	575	857	575
Valores de Terceiros a Receber - SAF	-	-	-	-
	4.288	3.717	31.428	5.509

- a) As contas a receber pela transação de atletas diz respeito na controladora, aos atletas Ramon Menezes Roma, Nathanael Ananias, Ronald Pereira Martins e na controlada SAF diz respeito aos atletas, Ygor Pereira e Souza, Caio Henrique da Silva Dantas, Alix Vinícius de Souza Sampaio, Ronaldo Oliveira Strada, Yuri Alves de Aquino, Gabriel Baralhas dos Santos dos Santos, Cauã Felipe Garcesi Sobrinho.
- b) Todos os recebimentos estão previstos para o curto prazo, e no tocante a Patrocínios, nossos patrocinadores são em 2025 e 2026, patrocinador Master Blaze-eMoore NV, as parcerias de patrocínio com a Cristal Alimentos Ltda, com a Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico e SVX Comércio Ltda.
- c) A Loteria esportiva diz respeito ao valor da Timemania, que não recebemos dentro do ano de 2025, e receberemos em 2026.

6. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Empréstimos a Receber (a)	13.595	5.615	2.407	2.827
Outros créditos	65	600	86	600
Direito Creditório (b)	6.916	6.916	6.916	6.916
Adiantamento a Funcionários	3	574	3	574
(-) PECLD	(2.324)	(2.324)	(2.324)	(2.324)
	18.255	11.380	7.088	8.593

- a) Empréstimos a receber, feitos para a SAF, a qual as ações pertencem ao Clube Atlético Goianiense, no valor de R\$ 11.188 mil, devidamente eliminado para fins de consolidação.
- b) Valor referente a aquisição de direito creditório.

7. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos Judiciais	2	153	2	153
	2	153	2	153

Os Depósitos Judiciais são referentes a depósito recursal trabalhista de poucas discussões remanescentes, já que todas as Causas da Vara de Execução já foram finalizadas. Todos os processos em que o Atlético se configura no lado passivo, independente de existência de depósito, estão devidamente registrados nas contingências/provisões de acordo com o prognóstico de perda fornecido pelos advogados do clube.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

8. Propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Terreno Buriti Sereno - Aparecida de Goiânia	14.989	10.407	14.989	10.407
Imóvel SAF	-	-	19.800	19.800
Total	14.989	10.407	34.789	30.207

Movimentação do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025		2025	
Saldo inicial	10.407	10.407	30.207	30.207
(+) Adições	-	-	-	-
(+) Reavaliação de terrenos	4.581	-	4.581	-
Saldo final	14.989	10.407	34.789	30.207

Nesta rubrica estão registrados os imóveis mantidos pelo Clube com o propósito de auferir rendimentos de aluguel ou valorização do capital, ou ambos, não destinados ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, nem para fins administrativos, tampouco à venda no curso ordinário dos negócios, em conformidade com o CPC 28 – Propriedade para Investimento.

No exercício de 2025, a Administração promoveu a reclassificação de ativos anteriormente registrados no Imobilizado e em Investimentos para a rubrica de Propriedades para Investimento, em razão da reavaliação da destinação econômica dos referidos bens. Os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2024 foram reapresentados para refletir essa reclassificação, conforme detalhado na Nota 2.1.4. As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo, acrescido de eventuais reavaliações registradas em contrapartida ao Resultado, nos termos da política descrita na Nota 2.1.9.

a) Terreno Buriti Sereno – Aparecida de Goiânia/GO: área de 64.060,74 m², matrícula nº 29.246, anteriormente classificada como imobilizado e reclassificada, no exercício de 2025, como propriedade para investimento, em razão da expectativa de auferimento de rendimentos futuros ou valorização do capital. A reavaliação do exercício, no montante de R\$ 4.581 mil, fundamentou-se em laudo técnico e foi registrada em contrapartida ao Resultado.

b) Imóvel SAF: refere-se a investimento realizado pela Atlético Goianiense SAF no montante de R\$ 19.800 mil, reclassificado da rubrica Investimentos para Propriedades para Investimento em razão de sua natureza, destinação e uso voltados à auferimento de rendimentos futuros e valorização do capital. O saldo figura exclusivamente no Consolidado, sendo eliminado na apuração individual da Controladora.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Participações societárias – a)				
Participação societária - SAF	11.934	11.566	-	-
	11.934	11.566	-	-
Aplicações financeiras e outros				
Aplicação - Fundos de Investimentos - CEF 2204-8	30	20	30	20
Outros Investimentos	13	13	14	23
	43	33	44	43
Total	11.977	11.599	44	43

a) Participações societárias

O ACG constituiu o Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol- SAF em 2022, companhia de Capital Fechado, para transformar o Departamento de Futebol em uma empresa privada, e para que no futuro essa empresa entre no mercado financeiro para captar recursos, além de transformar sua situação financeira em algo mais viável e tranquila de administrar e controlar e em 2024 constituímos a Sociedade Anônima do Futebol-SAF com finalidade de atuar também como Clube formador.

Ao transformar o time em uma SAF, o objetivo ACG é conseguir mais receitas de investidores e montar uma equipe competitiva para disputar campeonatos nacionais e internacionais. Ainda o ACG espera que uma futura nova administração saiba gerenciar melhor a captação de recursos e explorar com mais eficiência o departamento de marketing.

O ACG tem a certeza de que os times que adotarem esse modelo tem mais a ganhar do que a perder, tendo em vista que é de grande ajuda financeira e não interfere na atual equipe de gestão do clube, apenas acrescenta investidores e torna o esporte mais profissional, já que separa o futebol das ações sociais, colocando-as nas mãos de empresas ou pessoas jurídicas competentes.

Transferência dos ativos da Associação para SAF

A Administração promoveu, no presente exercício, a correção da pendência relativa à formalização da transferência de ativos e passivos entre o Clube e a SAF, nos termos da Lei n.º 14.193/2021, mediante a emissão do laudo de avaliação patrimonial a valor justo elaborado pela Azure Consultoria, tendo como data-base 31 de dezembro de 2024. Com a conclusão desse processo, considera-se devidamente sanada a questão anteriormente apontada quanto à referida formalização.

Movimentação

Descrição	2025
Saldo inicial – 31.12.2024	11.566
Resultado de equivalência patrimonial	368
Saldo final – 31.12.2025	11.934



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

10. Imobilizado

	Controladora					
	2025			2024 (reapresentado)		
	Custo	Depr. Acum.	Líquido	Custo	Depr. Acum.	Líquido
Terrenos	103.513	-	103.513	103.513	-	103.513
Edifícios	46.677	(5.542)	41.135	46.397	(4.407)	41.989
Máquinas e equipamentos	3.514	(1.366)	2.148	3.173	(1.004)	2.169
Móveis e utensílios	928	(483)	445	928	(395)	533
Instrumento de fisioterapia musculação e esportes	686	(669)	17	686	(532)	154
Equipamentos eletro/eletrônicos	710	(600)	110	684	(478)	206
Veículos automotores	2.912	(2.247)	665	2.912	(1.665)	1.248
Estrutura de energia solar-instalação	616	(10)	606	616	(5)	611
	159.558	(10.918)	148.640	158.911	(8.486)	150.425

	Consolidado					
	2025			2024 (reapresentado)		
	Custo	Depr. Acum.	Líquido	Custo	Depr. Acum.	Líquido
Terrenos	104.713	-	104.713	104.713	-	104.713
Edifícios	47.737	(5.638)	42.099	47.197	(4.471)	42.725
Máquinas e equipamentos	3.514	(1.366)	2.148	3.173	(1.004)	2.169
Móveis e utensílios	928	(483)	445	928	(395)	533
Instrumento de fisioterapia musculação e esportes	686	(669)	17	686	(532)	154
Equipamentos eletro/eletrônicos	710	(600)	110	684	(478)	206
Veículos automotores	2.912	(2.247)	665	2.912	(1.665)	1.248
Estrutura de energia solar-instalação	616	(10)	606	616	(5)	611
	161.817	(11.014)	150.804	160.911	(8.550)	152.361

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
	Movimentação do exercício:			
Saldo inicial	150.425	146.160	152.361	146.907
(+) Adições	928	8.711	1.187	9.911
(-) Baixas	(281)	(2.053)	(281)	(2.053)
(-) Amortização/Depreciação	(2.432)	(2.392)	(2.464)	(2.403)
Saldo final	148.640	150.425	150.804	152.361

Os bens do ativo imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas determinadas pela vida útil econômica dos bens, conforme laudo técnico.

O Clube detém os seguintes bens imóveis relevantes:

- Estádio Antônio Accioly** – Av. Perimetral, 921, St. Campinas, Goiânia/GO. Matrícula nº 14.656, 2º Cartório de Registro de Imóveis de Goiânia/GO, com área total de 29.710,00 m². O valor registrado compreende terreno e edificações, totalizando R\$ 78.671.042. Em 2022, foi concluída a construção da Loja Dragão Store nas dependências do estádio, registrada em conta específica de edificações pelo valor de R\$ 819.027.
- Centro de Treinamento Urias Magalhães** – Rua Atlético Goianiense, 1937, Qd. F2, Lt. Área, St. Urias Magalhães, Goiânia/GO. Matrícula nº 65.233, 2º Cartório de Registro de Imóveis de Goiânia/GO, com área total de 43.605,00 m². O valor registrado, entre terreno e edificações, totaliza R\$ 66.547.557.
- Lote** – Rua C-500, Qd. 17, Lt. 16, Vila Operária, Goiânia/GO. Matrícula nº 73.247. Adquirido em 2023 pelo valor de R\$ 280.000.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

- (d) **Imóvel residencial — Rua Perimetral, Qd. 07, Lt. G-01, Vila Operária, Goiânia/GO.** Adquirido em 2025 pelo valor de R\$ 807.500.
- (e) **Imóvel residencial — Rua P-25, Qd. P-89, Lt. 40, Vila Operária, Goiânia/GO.** Adquirido em 2025 pelo valor de R\$ 425.000.

A partir do exercício de 2021, o Clube atribuiu novos valores de custo às edificações mediante reavaliação dos componentes de terreno e edificações, adotando vida útil de 60 anos para as edificações do Estádio Antônio Accioly e de 40 anos para as edificações do Centro de Treinamento Urias Magalhães. A alteração foi tratada como mudança de estimativa contábil nos termos do CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos aplicados prospectivamente, sem reapresentação de saldos de períodos anteriores.

11. Intangível

Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direitos econômicos - Atletas profissionais	-	177	7.334	9.964
Direitos econômicos - (-) Amortização	-	(132)	(2.553)	(459)
	-	45	4.781	9.505

Movimentação do exercício:	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	45	4.280	9.505	4.280
(+) Adições	-	7.852	1.350	17.639
(-) Baixas	(45)	(17.059)	(3.849)	(17.059)
(-) Amortização/Depreciação	132	4.972	(2.094)	4.645
	-	45	4.781	9.505

O intangível é composto por Contratos definitivos entre o Clube e os atletas com seus valores devidamente representados.

Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com aquisição de direitos econômicos e de atletas profissionais. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, aos ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumuladas e perdas acumuladas de valor recuperável, pelo tempo de contrato. A amortização de ativos com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

No final do ano de 2024 a controladora fez a integralização do Capital Social na SAF, transferindo o intangível para a SAF, com valores líquidos a serem registrados no valor contábil já subtraído a amortização acumulada dos atletas que foram transferidos nessa integralização, foi levado a preço do custo nessa data e não a valor de mercado, ou a preço justo.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

Movimentação por Atleta

Atletas Profissionais	Saldo 2024	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Amortização	Total 2025
Alix Vinícius de Souza Sampaio	2.468	-	(2.468)	-	-
Caio Henrique da Silva Dantas	-	500	(500)	-	-
Daniel Alves de Lima	100	-	-	(32)	68
Derik Freitas Ribeiro	2.250	-	-	(715)	1.535
Guilherme Bastos da Silva	72	-	(72)	-	-
Guilherme Kennedy Romão	3.073	-	-	(976)	2.097
Gustavo Daniel da Silva Gonçalves	447	-	-	(142)	305
Gustavo Santos Assunção	40	-	(40)	-	-
João Victor Maistro	191	-	-	(61)	131
Leonardo Medeiros Guimarães Ros	49	-	-	(16)	33
Luan Sales do Nascimento	15	-	(15)	-	-
Lucas Xavier Gazal	94	-	-	(30)	64
Luiz Gustavo da Silva Alves	83	-	(83)	-	-
Marcos Vinicius Carvalho dos Reis	-	500	-	(159)	341
Rai Natalino da Silva Ramos	-	350	(350)	-	-
Renah Silva Pereira	19	-	-	(6)	13
Rhaldney Norberto Simião Gomes	266	-	(266)	-	-
Shaylon Kallison Cardoso	25	-	(25)	-	-
Thaylon Lopes Medeiros	283	-	-	(90)	193
Thiago Medeiros de Carvalho	30	-	(30)	-	-
	9.505	1.350	(3.849)	(2.226)	4.781

12. Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos compreendem operações de capital de giro, financiamento bancário, contrato de mútuo e empréstimos com terceiros, conforme detalhado no quadro abaixo.

	Vencimento	Taxa	Garantias	2025	
				Controladora	Consolidado
Capital de giro	2026	CDI + 3,00% a.a.	Direitos creditórios	-	2.474
Financiamento bancário	2026	Conforme contrato	Ativos adquiridos	97	97
			Garantia imobiliária e		
Contrato de mútuo	2026	Sem juros	aval	3.560	3.560
Empréstimos com terceiros	2026	Sem juros	-	2.568	3.535
Total				6.224	9.666

Movimentação do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	431	-	431	-
(+) Captações	8.458	431	11.925	431
(-) Pagamentos/Amortizações	(2.665)	-	(2.691)	-
Saldo final	6.224	431	9.666	431

Os empréstimos e financiamentos bancários estão sujeitos a taxas de juros de mercado e seus vencimentos estão previstos conforme cronograma contratual. Não existem cláusulas restritivas (covenants) associadas aos financiamentos vigentes. Os saldos estão apresentados pelo custo amortizado.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

13. Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações trabalhistas e sociais				
Rescisões a pagar	-	-	570	1.127
Salários a Pagar (a)	220	233	955	726
Tributos incidentes em Folha (b)	2.397	1.394	9.893	3.261
Férias a pagar (c)	244	340	1.207	885
Parcelamentos	467	669	467	669
	3.329	2.637	13.093	6.667
Obrigações tributárias				
TEF a pagar (d)	-	-	1.207	-
	-	-	1.207	-
Total	3.329	2.637	14.300	6.667

- (a) Corresponde aos salários do mês de dezembro de 2025, devidos aos empregados administrativos e atletas profissionais, cujo pagamento ocorre no mês subsequente conforme legislação trabalhista (CLT). O saldo representa a folha bruta líquida dos descontos legais (INSS, IRRF e outros), ainda não quitada na data-base do balanço.
- (b) Refere-se aos encargos sociais e tributários retidos e/ou devidos sobre a folha de pagamento de dezembro de 2025, incluindo INSS (parte empregado e patronal), FGTS, IRRF e contribuições a terceiros (Sistema S). O recolhimento ocorre nos prazos legais do mês subsequente à competência.
- (c) Provisão constituída com base no período aquisitivo proporcional de cada empregado e atleta na data-base, acrescida do adicional constitucional de 1/3 e dos encargos sociais incidentes (INSS e FGTS), em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
- (d) Refere-se à Tributação Específica do Futebol (contribuição parafiscal prevista na legislação desportiva), calculada sobre a receita bruta das partidas e demais eventos realizados pelo Clube, com recolhimento devido ao órgão competente no mês subsequente ao fato gerador.

14. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratos de Imagem a Pagar (a)	-	-	1.312	-
Gastos com contratação de atletas a pagar	-	120	-	180
Luas e bonificações a pagar (b)	-	-	1.977	928
Acordos a pagar	-	-	356	-
Aquisição de Direito Creditório (c)	6.345	6.345	6.345	6.345
Investimentos a realizar (d)	1.830	-	13.130	13.800
Outros Passivos	316	1.374	1.847	1.374
Total	8.492	7.839	24.968	22.627
Circulante	6.661	7.839	11.837	8.227
Não circulante	1.830	-	13.130	14.400

- (a) Direitos de imagem competência Dezembro/25, com vencimento subsequente.
- (b) Valores a pagar a atletas a título de luvas (bônus de contratação/renovação contratual) e bonificações (prêmios por desempenho esportivo e metas atingidas), conforme cláusulas dos respectivos contratos de trabalho desportivo.
- (c) Valores a pagar por aquisição de créditos tributários, a serem pagos após homologação e compensação dos referidos créditos em favor do Clube.
- (d) Compromissos assumidos pela SAF na aquisição de ativos para valorização.

15. Parcelamentos



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Profut - INSS	2.447	2.832	2.447	2.832
Profut - FGTS	327	327	327	327
Profut - Outros	6.287	7.238	6.287	7.238
INSS	-	70	-	70
IRRF	-	230	-	230
Ajustes RF e PGFN	3.922	4.216	3.922	4.216
Acordos Processuais Cíveis	110	-	110	-
Total	13.092	14.912	13.092	14.912
Circulante	2.105	1.501	2.105	1.501
Não circulante	10.987	13.412	10.987	13.412

- (a) Parcelamento de acordo com a Lei no 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB no 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento em 240 prestações e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais resultando em um impacto positivo de aproximadamente R\$ 4,9 milhões registrado em 2015. Desde setembro de 2015, o Clube está recolhendo os tributos incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB n° 1.340.

Adicionalmente, a manutenção do Clube no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa.

- (b) Os valores são revistos anualmente e em caso de correções e juros, eles são registrados na competência da incidência deles.

16. Provisão para riscos processuais

Natureza das contingências

O Clube possui processos trabalhistas, cíveis, consumerista e desportiva, os quais surgiram no curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constituiu provisão para cobrir as possíveis perdas das ações em curso.

No ano de 2023 tivemos a aquisição de uma Escritura de Direito creditório, que foram feitas o pagamento dos Encargos sobre Folha, no fechamento desse, a escritura desse Direito creditório ainda não havia sido homologada, resolvemos provisionar a Contingência Tributária no valor de R\$ 5.017.016,00 para riscos processuais, em 2025 continua sem homologação e sem atualização.

O Clube é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas sem alterações.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Provisões Trabalhistas	816	816
Provisões Cíveis	77	461
Provisões Consumidor	24	24
Provisões Desportivas CNRD	52	52
Provisões Tributárias	5.017	5.017
Total	5.987	6.371

Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões/ Baixas	Saldo em 31/12/2025
Provisões Trabalhistas	816	-	-	816
Provisões Cíveis	461	-	(384)	77
Provisões Consumidor	24	-	-	24
Provisões Desportivas CNRD	52	-	-	52
Provisões Tributárias	5.017	-	-	5.017
Total	6.371	-	(384)	5.987

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

No ano de 2023 fomos autuado pelo Fiscal da Prefeitura de Goiânia, após feita uma auditoria nas Demonstrações Contábeis dos anos 2018 ao ano 2022, alegando que somos prestadores de serviço na atividade de Clube de Futebol, e que deveríamos recolher o ISSQN próprio, o valor desse auto é de R\$ 13.367, esse processo-notificação de número 2023-0038 e processo administrativo de número 92063012, fizemos a defesa administrativa com as alegações que somos entidade sem fins lucrativos Art 150, VI, "C" da CF e esse processo se encontra suspenso ainda no ano de 2025, aguardando deferimento com grandes possibilidades de ser favorável.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor total das contingências possíveis soma R\$ 8.041.

17. Patrimônio Social

O Patrimônio Líquido da Entidade está composto pelo Patrimônio Social, pelos Superávits/(Déficits) acumulados e pelo Ajuste de Avaliação Patrimonial, em conformidade com a ITG 2003 (R1) – Entidade Desportiva Profissional e com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

	2025	2024
Patrimônio social	16.483	16.483
Superávits/(déficits) acumulados	25.825	25.138
Ajuste de avaliação patrimonial	119.228	119.628
Total	161.536	161.249

a) Patrimônio social

Representa a dotação patrimonial inicial da Entidade e seus incrementos de natureza permanente, não destinados a distribuição entre os associados, em conformidade com os artigos 53 a 61 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002). No exercício de 2025, não houve movimentação nesta rubrica, permanecendo o saldo em R\$ 16.483 mil, idêntico ao exercício anterior.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

b) Superávits/(déficits) acumulados

Registra os resultados (superávits ou déficits) apurados em cada exercício social. Em conformidade com a ITG 2003 (R1) e com a ITG 2002 (R1), tais resultados são obrigatoriamente mantidos em conta de Patrimônio Líquido e aplicados integralmente na consecução dos objetivos institucionais da Entidade, sem distribuição aos associados, dirigentes ou mantenedores.

No exercício de 2025, a Entidade apurou superávit de R\$ 687 mil, revertendo o desempenho negativo registrado no exercício anterior (déficit de R\$ 45.111 mil em 2024).

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à contrapartida líquida da adoção do custo atribuído (deemed cost) a bens do ativo imobilizado, conforme permitido pela ICPC 10 e pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, registrado por ocasião da adoção inicial das normas contábeis e mantido como reserva no Patrimônio Líquido. A realização é transferida diretamente para a conta de Superávits/(Déficits) acumulados à medida da depreciação, baixa ou alienação dos bens que deram origem ao custo atribuído, sem transitar pela Demonstração do Resultado.

A realização registrada em 2025 foi de (R\$ 400).

d) Destinação do resultado

Em atendimento à ITG 2003 (R1), à ITG 2002 (R1) e ao estatuto social da Entidade, o superávit apurado no exercício é integralmente mantido no Patrimônio Líquido e reinvestido na manutenção e no desenvolvimento das atividades institucionais previstas em seu objeto social.

18. Receita Líquida

O exercício de 2025 representou uma inflexão estrutural no perfil de receitas do Clube em razão do rebaixamento esportivo para a Série B do Campeonato Brasileiro, após disputa da Série A no exercício de 2024. Essa mudança de divisão impacta, de forma direta e simultânea, praticamente todas as linhas de receita, com destaque para direitos de transmissão, bilheteria, patrocínios e programa de sócio torcedor, refletindo a menor exposição comercial, midiática e de público associada à segunda divisão. A composição das receitas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direitos de Transmissão	123	38.073	4.465	58.123
Bilheteria	-	5.982	1.004	10.497
Patrocínio e publicidade	8.828	14.222	8.828	14.222
Mensalidades Associativas	312	415	312	415
Negociação de atletas	4.039	6.669	37.657	7.069
Outras receitas	7.246	3.988	10.399	16.586
Programa Sócio Torcedor	-	2.440	705	2.714
Receitas Condomínio LFU	-	-	10.819	-
Premiações	-	-	2.922	-
Total	20.549	71.789	77.110	109.625



a) Direitos de transmissão

As receitas com direitos de transmissão compreendem os valores auferidos pela cessão dos direitos audiovisuais das partidas disputadas pelo Clube nas competições oficiais, reconhecidos conforme os contratos vigentes em cada exercício e em atenção ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

No exercício de 2024, vigorava o contrato firmado com o Grupo Globo para transmissão do Campeonato Brasileiro da Série A, cujos valores refletiam o mercado da primeira divisão nacional. Em 2025, em decorrência do rebaixamento para a Série B, o Clube passou a contar com os direitos negociados coletivamente junto à ESPN (Grupo The Walt Disney Company), detentora dos direitos de transmissão da Série B, resultando em significativa redução nos valores contratados em comparação à divisão superior.

A redução expressiva nas receitas da Controladora (de R\$ 38.073 mil em 2024 para R\$ 123 mil em 2025) reflete, adicionalmente, a migração da centralização dos contratos de transmissão para a Atlético Goianiense SAF, consolidada nos números do grupo. No consolidado, a queda de R\$ 58.123 mil para R\$ 4.465 mil evidencia o efeito combinado da mudança de divisão e do novo detentor dos direitos, ambos com impacto contratual direto sobre a rubrica.

b) Bilheteria

Receitas auferidas com a venda de ingressos para as partidas do Clube em competições oficiais, reconhecidas à medida da realização dos jogos. A redução observada em 2025 (de R\$ 10.497 mil para R\$ 1.004 mil no consolidado) decorre da menor atratividade de público característica dos jogos da Série B, do menor número de partidas transmitidas em horários nobres e da ausência de confrontos de alto apelo comercial frequentes na Série A.

c) Patrocínio e Publicidade

Compreendem as contrapartidas financeiras recebidas em razão de contratos de patrocínio institucional, publicidade estática e espaços comerciais nos uniformes e nas propriedades do Clube, reconhecidas pelo regime de competência ao longo da vigência contratual. A redução de R\$ 14.222 mil para R\$ 8.828 mil reflete a revisão de valores contratuais com patrocinadores master e secundários, ajustados às novas condições comerciais decorrentes da disputa da Série B, que alteram de forma relevante o alcance midiático e a exposição das marcas patrocinadoras.

d) Programa Sócio Torcedor

As rubricas refletem a arrecadação proveniente do programa de associação do torcedor, reconhecida pelo regime de competência conforme os planos contratados pelos associados. A redução das receitas decorre, principalmente, do movimento de desligamento parcial da base de associados observado após o rebaixamento, fenômeno recorrente em clubes que descendem de divisão, combinado com o esforço de reestruturação do programa ao longo do exercício.

e) Negociação de atletas

Referem-se às receitas auferidas com a cessão definitiva ou temporária dos direitos econômicos e federativos de atletas profissionais, reconhecidas conforme o CPC 47 e a ITG 2003 (R1) – Entidade Desportiva Profissional. O incremento observado no consolidado (de R\$ 7.069 mil em 2024 para R\$ 37.657 mil em 2025) decorre da intensificação da política de formação e negociação de atletas como fonte relevante de geração de caixa, adotada pelo grupo como resposta estratégica à redução das demais receitas operacionais no período.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

Os atletas negociados em 2025 foram:

Atleta	Clube adquirente	2025	
		Controladora	Consolidado
Adriano Martins Fonseca	Esporte Clube Juventude	-	300
Alix Vinicius de Souza Sampaio	Red Bull Bragantino Futebol Ltda	-	9.840
Caio Henrique da Silva Dantas	Grêmio Novorizontino SAF	-	700
Cauã Felipe Garcesi Sobrinho	Esporte Clube Vitória	-	2.500
Daniel Alves de Lima	ZTE FC	-	307
Derek Freitas Ribeiro	JEF United C.O.	1.135	1.135
Gabriel Baralhas dos Santos	Esporte Clube Vitória / Sport Club Internacional	-	5.200
Leonardo Naldi de Matos	Criciúma Esporte Clube	-	200
Lucas Xavier Gazal	Loan Agreement for the Player	-	1.130
Ronald Pereira Martins	Grêmio Anápolis S/A	2.404	2.404
Ronaldo Oliveira Strada	Esporte Clube Bahia SAF	-	5.000
Ruan Gregório	Göztepe Sportif Yatırımlar A.Ş.	-	441
Shaylon Kallison Cardoso	Mirassol Futebol Clube	-	500
Vinicius dos Santos Lago	Red Bull Bragantino Futebol Ltda	500	3.500
Yuri Alves de Aquino	Red Bull Bragantino Futebol Ltda	-	4.600
Negociações de atletas		4.039	37.757

f) Outras receitas

Compreendem receitas de naturezas diversas não classificáveis nas rubricas específicas anteriores, incluindo bares e lanchonetes, escolas de futebol, premiações e demais ingressos acessórios à atividade principal do Clube. As variações refletem o mix de eventos e atividades realizados em cada exercício.

As outras receitas são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reavaliação para investimento	4.672	-	4.672	-
Bares e lanchonetes	-	413	2.547	10.913
Bonificações comerciais	1.095	1.011	1.117	1.011
Reversão de provisão	978	1	978	1
Mecanismo de solidariedade e CNRD	-	48	421	48
Receitas com licenciamento	390	-	390	-
Demais receitas diversas	79	1.112	128	1.112
Receitas de jogos de vídeo game	-	-	114	-
Royalties e licenciamento	32	77	32	2.174
Publicidade e auxílio CBF	-	1.249	-	1.249
Distratos contratuais	-	78	-	78
Total	7.246	3.988	10.399	16.586

g) Receitas Condomínio LFU

Representam a participação do Clube nas receitas da Liga Forte União (LFU) — bloco comercial que reúne clubes brasileiros para negociação coletiva de direitos audiovisuais e patrocínios. O reconhecimento dessa rubrica no consolidado em 2025, no montante de R\$ 10.819 mil, decorre da formalização da adesão e do início do repasse das receitas condominiais do bloco, constituindo nova fonte de arrecadação que parcialmente mitiga a redução das demais receitas impactadas pela Série B.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

19. Custos das atividades sociais e esportivas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos com Salários de Atletas/Com. Técnica	(11.933)	(33.859)	(40.600)	(57.713)
Direito de Imagem	(333)	(8.275)	(13.428)	(14.980)
Despesas com Patrocínio/Premiações	(1.247)	(4.204)	(3.160)	(5.136)
Despesas CBF	(238)	(369)	(238)	(369)
INSS sobre Receita	(85)	(3.135)	(85)	(3.135)
Fenapaf / Direito de Arena	(6)	(2.809)	(6)	(2.809)
Quadro Móvel	(4)	(296)	(183)	(1.313)
Custos com Parcerias com outros clubes	(454)	(2.200)	(1.131)	(2.200)
Comissão/intermediação	(377)	(2.401)	(1.209)	(3.617)
Recompra de Ativo-Investidores-LFU	-	(45.957)	-	(45.957)
Total	(14.678)	(103.504)	(60.040)	(137.229)

Em 2025, o Clube deu continuidade ao processo de reestruturação iniciado em exercícios anteriores, com foco na segregação adequada entre custos e despesas e na correta alocação dos dispêndios entre a Associação (controladora) e a Atlético Goianiense Sociedade Anônima do Futebol – SAF. A transferência do Departamento de Futebol Profissional para a SAF, ocorrida no curso do exercício, constitui o principal fator explicativo da redução substancial dos custos registrados na controladora em comparação ao exercício anterior.

a) Custos com salários de atletas e comissão técnica

Os custos com salários de atletas e comissão técnica, no montante de R\$ 11.933 mil na controladora (R\$ 33.859 mil em 2024), refletem o período em que o Departamento de Futebol permaneceu na Associação até a formalização da transferência para a SAF, quando passou a compor o resultado dessa entidade. No consolidado, os custos totalizaram R\$ 40.600 mil (R\$ 57.713 mil em 2024), com redução decorrente da readequação da folha em virtude da disputa da Série B do Campeonato Brasileiro no exercício corrente, ante a disputa da Série A em 2024.

b) Direito de Imagem

As despesas com Direito de Imagem decorrem da cessão do uso da imagem dos atletas, admitida pela Lei Geral do Desporto (Lei nº 9.615/1998 – Lei Pelé) e pela Lei nº 12.395/2011, que autoriza o pagamento dessa natureza até o limite de 50% do salário registrado em CTPS de cada atleta profissional.

c) Despesas com Patrocínio e Premiações

As despesas com patrocínios e premiações apresentaram redução relevante em 2025 (R\$ 1.247 mil na controladora, ante R\$ 4.204 mil em 2024), em razão da campanha esportiva desenvolvida na Série B, cujos resultados não ensejaram o pagamento dos bônus de desempenho previstos nos contratos dos atletas e da comissão técnica, os quais são atrelados a metas de classificação, acesso e títulos. No exercício de 2024, o acesso à Série A havia gerado pagamento significativo dessas premiações.

d) INSS sobre Receita

A rubrica INSS sobre Receita corresponde à contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta, à alíquota de 5%, retida e recolhida pela fonte pagadora nos termos da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), aplicada sobre as receitas de competições, patrocínios e licenciamentos. A redução observada em 2025 acompanha a queda das receitas tributáveis pela mesma base, em decorrência da disputa da Série B.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

e) Fenapaf / Direito de Arena

A rubrica Fenapaf / Direito de Arena corresponde ao percentual de 5% devido ao Sindicato/Federação representativo dos atletas profissionais, relativo à contrapartida pela autorização de uso da imagem coletiva nas transmissões das partidas, rateado entre os atletas participantes na forma da legislação aplicável.

f) Quadro Móvel

O Quadro Móvel compreende gastos operacionais relacionados à logística e à realização das partidas oficiais, tais como transporte, hospedagem, alimentação da delegação em deslocamentos, arbitragem, equipe de apoio e demais custos operacionais diretamente vinculados aos jogos do Clube.

g) Custos com Parcerias com outros Clubes

Os custos com parcerias com outros clubes representam os valores pagos pela aquisição de percentuais de direitos econômicos e/ou federativos de atletas junto a outros clubes, bem como pelas contrapartidas financeiras decorrentes de empréstimos e cessões temporárias de atletas, ainda que sem aquisição de percentuais econômicos, para disputa das competições da temporada.

h) Comissão e Intermediação

As despesas com comissão e intermediação referem-se aos valores pagos a agentes e intermediários devidamente registrados perante a Confederação Brasileira de Futebol — CBF, em contrapartida à intermediação de contratações, empréstimos, cessões temporárias e vendas definitivas de atletas com percentuais econômicos pertencentes ao Atlético Clube Goianiense.

i) Recompra de Ativo – Investidores LFU

A rubrica Recompra de Ativo — Investidores LFU registrava, em 2024, o valor de R\$ 45.957 mil relativo à operação de recompra de 10% dos 20% pertencentes a investidores, reconhecida como custo no resultado do exercício. No exercício de 2025 não houve operação dessa natureza, motivo pelo qual a rubrica apresenta saldo zero em ambos os grupos, confirmando o caráter não recorrente da movimentação registrada no exercício anterior.

O custo total do futebol profissional reduziu-se de R\$ 103.504 mil para R\$ 14.678 mil na controladora e de R\$ 137.229 mil para R\$ 60.040 mil no consolidado, refletindo o efeito combinado da transferência do Departamento de Futebol para a SAF, da readequação da estrutura à disputa da Série B e da ausência, em 2025, da operação não recorrente de recompra de ativo junto a investidores registrada em 2024.

20. Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	(66)	(154)	(1.506)	(1.384)
Serviços de Terceiros	(2.699)	(4.529)	(2.699)	(4.529)
Marketing	(1.095)	(854)	(1.095)	(854)
Amortização do custo de atletas	-	(4.450)	(6.074)	(4.776)
Depreciações	(2.124)	(2.015)	(2.156)	(2.062)
Contingências	(3)	(118)	(3)	(118)
Despesas gerais	(1.152)	(5.172)	(3.530)	(7.098)
Outras receitas e despesas operacionais	1.589	1.076	1.589	1.076
Resultado equivalência patrimonial	368	653	-	-
Total	(5.182)	(15.564)	(15.474)	(19.747)

As despesas operacionais totalizaram R\$ 5.182 mil na controladora (R\$ 15.564 mil em 2024) e R\$ 15.474 mil no consolidado (R\$ 19.747 mil em 2024). A redução expressiva verificada na controladora reflete, em grande parte, a



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

transferência do Departamento de Futebol Profissional para a Atlético Goianiense SAF ao longo de 2025, com a consequente realocação das despesas diretamente associadas à atividade futebol para a entidade controlada.

a) Serviços de Terceiros

Os Serviços de Terceiros englobam todos os serviços prestados por pessoa jurídica ao Clube, compreendendo, entre outros, serviços advocatícios, locação de máquinas e equipamentos, arquitetura e engenharia, reparos e reformas, vigilância, limpeza e conservação, assistência médica, auditoria independente, transporte e marcenaria. A redução de R\$ 4.529 mil para R\$ 2.699 mil decorre da revisão de contratos de prestação de serviços e da transferência, para a SAF, de parcela dos serviços técnicos vinculados à operação do futebol profissional.

b) Marketing

As despesas com Marketing, no montante de R\$ 1.095 mil (R\$ 854 mil em 2024), compreendem os dispêndios com comunicação institucional, mídias digitais, ações promocionais, eventos de ativação da marca e demais iniciativas de relacionamento com a torcida e de fortalecimento da imagem do Clube.

c) Amortização do custo de atletas

A Amortização do custo de atletas é reconhecida de forma linear pelo prazo de vigência dos contratos firmados com os atletas profissionais, em atenção à ITG 2003 (R1) — Entidade Desportiva Profissional. A redução observada em 2025 (de R\$ 4.450 mil) na controladora decorre da transferência dos direitos econômicos dos atletas profissionais para a SAF, conforme integralização de capital aprovada no exercício, permanecendo na controladora apenas o efeito residual referente ao período anterior à transferência e a atletas remanescentes em formação.

d) Depreciações

As Depreciações referem-se aos ativos imobilizados do Clube, incluindo o Estádio Antônio Accioly, o Centro de Treinamento Urias Magalhães, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios, calculadas pelo método linear com base nas taxas anuais que refletem a vida útil econômica estimada de cada grupo de bens, em conformidade com o CPC 27 — Ativo Imobilizado.

e) Contingências

A rubrica Contingências registra a constituição de provisões para passivos cuja saída de recursos é considerada provável e cujos valores podem ser mensurados com suficiente confiabilidade, nos termos do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O saldo apresentado refere-se, substancialmente, à provisão constituída em relação à utilização da Escritura de Direito Creditório para pagamentos de compromissos correntes, tendo em vista que o instrumento ainda não teve sua homologação plenamente concluída.

f) Despesas Gerais

As Despesas Gerais compreendem medicamentos, materiais de uso e consumo, emolumentos de cartórios, correios e postagens, anúncios e publicações legais, hospedagens, passagens aéreas, manutenção de sistemas e softwares, seguros e manutenção predial. A redução observada na controladora (de R\$ 5.172 mil para R\$ 1.152 mil) decorre, principalmente, da transferência para a SAF das despesas vinculadas à atividade operacional do futebol profissional. No consolidado, a redução de R\$ 7.098 mil para R\$ 3.530 mil acompanha o mesmo movimento observado na controladora, em razão da transferência das despesas operacionais do futebol profissional para a SAF.



Atlético Clube Goianiense

Notas Explicativas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Expresso em milhares de reais

g) Outras receitas e despesas operacionais

A linha Outras receitas e despesas operacionais apresenta saldo credor (receita líquida) de R\$ 1.589 mil (R\$ 1.076 mil em 2024), composta substancialmente por ganhos decorrentes de vendas de direitos econômicos de atletas, receitas com publicidade e demais receitas acessórias não classificadas nas rubricas específicas de receita operacional, líquidas das respectivas despesas correlatas.

As outras receitas e despesas são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas de loteria Timemania	1.376	981	1.376	981
Programa Estado Indica Time	412	219	412	219
Receitas de locação para publicidade	-	10	-	10
(-) Tributos sobre loteria Timemania	(199)	(87)	(199)	(87)
(-) Outros	-	(46)	-	(46)
Total	1.589	1.076	1.589	1.076

h) Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial, reconhecido exclusivamente na controladora, representa a participação do Clube no resultado da Atlético Goianiense SAF, apurado pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. O saldo positivo de R\$ 368 mil reflete o resultado superavitário apurado pela investida no exercício, proporcional à participação detida pela controladora, com efeito inferior ao registrado em 2024 - R\$ 653 mil positivos. Esta linha é eliminada no processo de consolidação.

21. Seguros

O Clube adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A definição das premissas de riscos e a avaliação da suficiência da cobertura são de responsabilidade exclusiva da Administração e, por sua natureza, não integram o escopo da auditoria das demonstrações contábeis, não tendo sido, portanto, objeto de exame pelos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos subsequentes à data-base de 31 de dezembro de 2025 até a data de aprovação destas demonstrações contábeis (22 de abril de 2026) e não identificou eventos que requeiram ajuste ou divulgação adicional nas demonstrações contábeis, além dos já mencionados nas notas explicativas anteriores.

Valdivino José de Oliveira

CPF: 039.078.131-20

Glauciene Cristina da Silva

CPF: 814.343.591-15

CRC - GO: 013.841